



NARRATIVAS AFIRMATIVAS EM TEMPOS DE PANDEMIA



UMA PRODUÇÃO DO LAB AFIRMATIVA DE JORNALISMO – RESPEITA A FAVELA!



SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| APRESENTAÇÃO | 4 |
| AMPLIAR NOSSA VOZ É PRECISO: LAB AFIRMATIVA DE JORNALISMO – RESPEITA A FAVELA!..... | 7 |
| DO PRESENCIAL AO VIRTUAL – PRODUÇÃO DE JORNALISMO DE ESCRIVÊNCIAS NA PANDEMIA | 11 |
| A AÇÃO PEDAGÓGICA DA MÍDIA NEGRA NO “NOVO” NORMAL | 14 |
| “APESAR DE TANTO NÃO, TANTO QUE NOS INVADA”, SEGUIREMOS FORJANDO NARRATIVAS DE LIBERDADE! | 17 |
| JORNALISMO DE ESCRIVÊNCIAS 1 | 20 |
| MIRTES SOUZA E DANÚBIA SILVA: MÃES ENTRE A SAUDADE E A REVOLTA | 21 |
| JORNALISMO DE ESCRIVÊNCIAS 2 | 34 |
| EMPREGO, RENDA E COVID-19: O IMPACTO DA PANDEMIA NA VIDA DOS TRABALHADORES NEGROS | 35 |
| JORNALISMO DE ESCRIVÊNCIAS 3 | 51 |
| #COVIDNAFAVELA: AS REDES DE PROTEÇÃO COLABORATIVA NAS PERIFERIAS DE SALVADOR | 52 |
| JORNALISMO DE ESCRIVÊNCIAS 4 | 69 |
| ARTE NEGRA: “ENTRE A VERDADE DO UNIVERSO E A PRESTAÇÃO QUE VAI VENCER” | 70 |
| JORNALISMO DE ESCRIVÊNCIAS 5 | 82 |
| PANDEMIA EVIDENCIA DESIGUALDADES E DEIXA SONHOS DOS ESTUDANTES BRASILEIROS MAIS DISTANTES | 83 |
| JORNALISMO DE ESCRIVÊNCIAS 6 | 93 |
| A TRAJETÓRIA DE MULHERES NEGRAS NA POLÍTICA: ENTRE AS DISPUTAS NOS PARTIDOS E O CAMINHO PARA ELEIÇÃO | 94 |

CRÉDITOS

EDITORES:



Alane Reis



Jonas Pinheiro



Naiara Leite



Polianna Silva

DIAGRAMAÇÃO:

REPÓRTERES:



Andressa Franco



Brenda Gomes



Francileide
Araujo



Gabriel
Rodrigues



Kizzy Lumumba



Lorena Sampaio



Luana Gama



Luiza
Nascimento



Paloma
Gonçalves



Patrícia Rosa



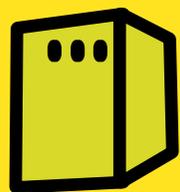
Thaís Vieira

REALIZAÇÃO:



APOIO:





**A
PRE
SEN
TA
ÇÃO**

Bem vindas e bem vindos ao e-book **Narrativas Afirmativas em tempos de pandemia**, uma publicação que sistematiza os resultados e experiências do Lab Afirmativa de Jornalismo, projeto desenvolvido pelo Coletivo de Mídia Negra Afirmativa, com apoio do Fundo SAAP – Fase. Ao longo das próximas páginas você conhecerá um pouco mais sobre a Revista Afirmativa, nossa perspectiva política-editorial, nossas elaborações, preocupações, compromissos e atuação durante a pandemia do coronavírus ao longo de 2020.

A **Revista Afirmativa** é um veículo multimídia de mídia negra que produz jornalismo sobre os mais diversos temas da vida social brasileira, expondo os conflitos e disputas que sempre existiram ao longo da história do Brasil. Rompemos com o discurso de pretensa imparcialidade pregado pela grande mídia, tradicionalmente racista, machista e heteronormativa, e já no slogan declaramos nosso lugar de fala: **Somos nós, falando de nós, para todo mundo**. Todo veículo de comunicação possui orientações políticas, negar este fato faz parte das estratégias dos veículos conservadores pela manutenção dos poderes que representam.

A **Revista Afirmativa** produz jornalismo de qualidade, técnico, popular, diverso e humanizado, que renega o apelo sensacionalista e estereotipado de representação das pessoas negras. Experimentamos linguagens e enquadramentos novos. Apuração e aprofundamento da notícia é premissa do nosso trabalho. A defesa integral dos direitos humanos e a promoção dos valores democráticos, com equidade racial e de gênero é visão que nos orienta.

A Afirmativa é feita pela Juventude Negra Voz Ativa, construindo

um horizonte afirmativo para o jornalismo da pluralidade e do direito à informação. A Revista Afirmativa é a principal estratégia de ação do Coletivo de Mídia Negra **Afirmativa**.

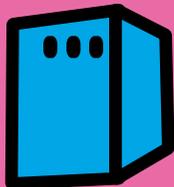
O COLETIVO

A **Afirmativa** é um grupo composto de jornalistas e demais profissionais da comunicação, que atuam na militância pelo direito à comunicação da população negra e outros grupos sub-representados e violados pela mídia hegemônica. Somos em maioria mulheres negras jovens atuando pela garantia da representatividade das pessoas negras na mídia, de maneira real, profunda, diversa, humanizada, útil e qualificada.

É nossa missão, através da comunicação, construir um novo imaginário sobre a população negra na sociedade brasileira, visando o fortalecimento da auto estima do nosso povo, violado de tantas formas pela ação do racismo, dentre elas, a falta de referenciais positivos nos meios de comunicação.

É nosso compromisso denunciar o racismo em todas as suas nuances, bem como todo tipo de violação de direitos humanos. Nossas produções também prezam por visibilizar as formas criativas de resistências e solidariedade entre negras e negros.

O Coletivo de Mídia Negra **Afirmativa** promove ações constantes que visam pautar as faculdades de comunicação da Bahia e da Região Nordeste sobre a responsabilidade das instituições de ensino na invisibilização do debate racial e dos direitos humanos, nos cursos de comunicação, como o **I Prêmio de Jornalismo Revista Afirmativa e o Lab Afirmativa de Jornalismo – Respeita a Favela!**



**AMPLIAR
NOSSA VOZ
É PRECISO:
LAB AFIRMATIVA
DE JORNALISMO –
RESPEITA
A FAVELA!**

As periferias e favelas do Brasil enfrentam diversos desafios no acesso aos direitos à informação e à comunicação. As narrativas quase homogêneas da mídia hegemônica, por atravessamentos políticos e econômicos, produzem em grande escala discursos que criminalizam e subalternizam toda expressão de humanidade destas comunidades. Estas mídias reforçam e atualizam os imaginários racistas e sexistas que violam negrxs, mulheres, LGBTQs, jovens, crianças, idosos, e representam as periferias e favelas como espaços de horror e exotismo. Ou ainda, simplificam e tokenizam os atravessamentos das violências estruturais em nossas comunidades.

O conteúdo da mídia hegemônica é consumido tanto pela população de classe média e alta, que reforça sua sensação de distância, medo e superioridade das populações de favelas; como também (e principalmente) é consumido pelas pessoas que vive nas periferias, que muitas vezes acostumam-se a ver seus iguais e suas comunidades retratadas de maneira estereotipadas a partir dos imaginários racistas, sexistas e discriminatórios.

Mas, apesar das forças racistas patriarcais serem especialistas na prática da dominação também através da mídia, pessoas negras e faveladas sempre se atentaram ao poder da comunicação, e produziram nos mais diversos territórios do Brasil, experiências de mídias negras e comunitárias, que tratam das “dores e delícias” de ser favela. Desde antes e com maior intensidade depois da internet, estas mídias garantem as contranarrativas que tratam da humanidade e cidadania dos grupos para os quais comunicam.

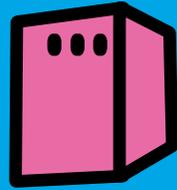
Estas experiências de mídias que garantem a propagação das contra-narrativas de resistência são produzidas sobretudo por nós, juventudes negras. Estamos nas universidades de comunicação, nos movimentos sociais e em nossas comunidades articulando saberes, desenvolvendo tecnologias e hackeando os sistemas e meios de produção que sempre tardamos a acessar. Com toda dificuldade de acesso a recursos, a potência do nosso trabalho é comprovada no acolhimento e popularidade de nossas mídias negras, comunitárias, auto-referenciadas e contra-hegemônicas.

Em meio ao contexto nebuloso da pandemia do novo coronavírus, a Afirmativa organizou o projeto **Lab Afirmativa de Jornalismo – Respeita a Favela!**, a primeira experiência de laboratório de jornalismo antirracista do Brasil. O **Lab Afirmativa**, durante 3 meses, realizou um processo de formação teórica e prática, política e profissional com 11 jovens negras e negros estudantes de comunicação e jornalistas recém formados, com foco em refletir e produzir sobre os impactos da pandemia na vida da população negra que vive nas favelas e periferias de Salvador.

Os jovens foram selecionados através de uma chamada pública, que contou com 26 inscrições. Selecionamos 9 pessoas inscritas e agregamos mais duas colaboradoras da Afirmativa na turma. As 11 pessoas da primeira turma do **Lab Afirmativa** são negras, possuem entre 17 e 31 anos, e são estudantes de comunicação, ou jornalistas recém formados.

Como resultado do laboratório, produzimos coletivamente

seis reportagens multimídias, sobre as vivências das periferias e favelas da Bahia, com foco nas violências institucionais e no racismo e sexismo estrutural agravadas pelo impacto da Covid-19. As reportagens foram orientadas e editadas por Alane Reis, Jonas Pinheiro e Naiara Leite, editores da Afirmativa.

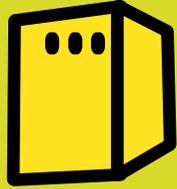


**DO
PRESENCIAL
AO VIRTUAL –
PRODUÇÃO
DE JORNALISMO DE
ESCREVI
VÊNCIAS NA
PANDEMIA**

O “novo normal” imposto pela Covid-19 mudou efetivamente a forma como nos relacionamos e desenvolvemos nossas ações cotidianas mais comuns, como trabalhar ou estudar. A pandemia também trouxe mudanças profundas na organização dos movimentos sociais e veículos de mídia ativista, sobretudo pelo aumento da pobreza, do racismo e das violências correlatas. Nos últimos meses, deixamos de realizar encontros, rodas de conversa, marchas e coberturas ao vivo, cara a cara, na rua, e intensificamos nossas ações virtuais. A pandemia expôs a naturalização das violações aos direitos básicos como a vida, a segurança, alimentação e moradia. E no “novo normal” tornou-se ainda mais perceptível que o não acesso à informação, à comunicação e às tecnologias empurram ainda mais os sujeitos negros e pobres à condição de não cidadãos.

Nesses tempos, nos aproximamos ainda mais dos movimentos sociais, convocamos e fomos convocados de maneira mais intensa a alianças políticas, usamos a Narrativa como arma poderosa na produção dos sentidos do tempo em que estamos vivendo. Ajudamos a enfrentar as fakenews e as pregações de curas milagrosas do coronavírus. Desenvolvemos constantes espaços de fala e escuta para enfrentar o adoecimento mental em massa de pessoas negras, sobretudo mulheres e jovens. Narramos sobre o aprofundamento da precarização de trabalhos ocupados sobretudo pelas juventudes negras. Expomos as injustiças, explorações e negligências do trabalho doméstico, função ocupada em 63% por mulheres negras. Nosso jornalismo falou das crianças, adolescentes e jovens negros executados nos becos e vielas das favelas e comunidades do país;

tratou do desamparo aos profissionais da cultura e arte, sobretudo os negros e pobres; falamos sobre o distanciamento dos sonhos de gente negra e pobre, que assim como nós, dedicam suas vidas à construção de empreendimentos sociais, comunitários, e solidários.



**A AÇÃO
PEDAGÓGICA
DA MÍDIA
NEGRA NO
“NOVO”
NORMAL**

Com a mudança para o ambiente virtual a proposta metodológica do Lab Afirmativa de Jornalismo – Respeita a Favela! foi reformulada. Foi necessário entender as realidades dos comunicadores com relação ao acesso à internet, as disponibilidades de horários e qual o suporte seria necessário para que as formações alcançassem seu objetivo.

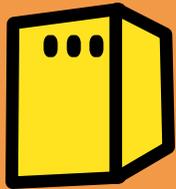
As formações presenciais teriam 4h seguidas de duração para cada módulo. No ambiente virtual, a equipe do Lab compreendeu que era necessário reduzir a duração dos encontros para 2h, significando o aumento do tempo de formação, mas garantindo que houvesse uma dinâmica de interação entre formadores e participantes durante o processo. Neste sentido, consideramos importante trabalhar com a perspectiva da contação de histórias de experiências pessoais e coletivas envolvendo a luta antirracista e o jornalismo engajado com a defesa dos direitos humanos.

Durante a formação, dos módulos mais práticos aos mais conceituais, conseguimos garantir a prática pedagógica baseada na circularidade, na troca de saberes e horizontalidade. Para fortalecer essa perspectiva metodológica orientamos a equipe de formação a trabalhar com a lógica que intitulamos de “narrativas negras circulares”. O que significa isso? Para cada tema trabalhado na oficina, convidamos ativistas e jornalistas negras e negros para relatar suas experiências vividas a partir dos temas trabalhados nas formações.

Desta forma possibilitamos que os comunicadores, durante o processo de formação, conhecessem outras experiências, tra-

balhos, projetos e grupos de mídias negras e de movimentos sociais, sobretudo negros. Participaram como oficinairos e\ou convidadas para trocar experiências nas oficinas formativas jornalistas, ativistas da comunicação e dos movimentos sociais, como: Valdecir Nascimento, Cleidiana Ramos, Rose Santos, Carmela Zigoni, Juliana Cezar Nunes, Pedro Borges e Yane Mendes. Ao final de cada formação foi estimulado a fala da turma como forma de monitoramento e avaliação da formação, a fim de seguirmos ou reorganizarmos o planejamento.

Após o processo de formação, foi a hora do campo. Após um intenso processo de leitura da conjuntura política, escolhemos seis pautas prioritárias que foram trabalhadas pelos comunicadores, sob orientação das (os) nossas(os) editoras (es) Alane Reis, Jonas Pinheiro, Naiara Leite e Mariana Gomes. Quase todos os comunicadores trabalharam em duas pautas que resultaram em seis grandes reportagens multimídia.



**“APESAR
DE TANTO
NÃO, TAN-
TA DOR QUE
NOS INVAADE”,-
SEGUIREMOS
FORJANDO
NARRATIVAS
DE LIBER
DADE!**

É com muito orgulho que compartilhamos os resultados do **Lab Afirmativa de Jornalismo – Respeita a Favela!** Todas as reportagens foram publicadas no site e redes sociais da Afirmativa.

Nossa reportagem de estreia, publicada no dia 25 de agosto, foi **Mirtes Souza e Danúbia Silva: mães entre a saudade e a revolta**, contando a história de duas mães que em meio ao contexto de pandemia perderam seus filhos devido à uma série de violências raciais estruturais e estruturantes no Brasil.

A segunda reportagem, publicada no dia 27 de agosto, foi **Emprego, renda e covid-19: o impacto da pandemia na vida dos trabalhadores negros**. Nesta produção os jornalistas se debruçam sobre a situação das(os) trabalhadoras(es) negras(os) que tiveram sua renda afetada pela pandemia e precisaram inventar formas de sobrevivência.

É justamente dessas estratégias e redes de apoio colaborativas que falou a terceira reportagem da série, **#CovidnaFavela: os impactos da pandemia e as redes de proteção colaborativa nas periferias de Salvador**, publicada no dia 28 de agosto, falou sobre as redes criadas por pessoas negras para resistir à pandemia e a negligência do poder público.

Em meio ao difícil contexto, os trabalhadores da cultura foram os primeiros afetados. As bandas e artistas famosos(as) recorreram a lives com patrocínios pomposos. Mas e as(os) artistas periféricas(os), como estão sobrevivendo? Esta questão foi abordada na quarta reportagem da série fruto Lab: **Arte Negra:**

“**Entre a verdade do universo e a prestação que vai vencer**”, publicada no dia 31 de agosto.

As desigualdades no acesso a educação e os desafios das(os) estudantes negras e negros com aulas suspensas, do ensino básico, superior, ou tentando acessar a graduação através do Enem 2020 foi o tema da reportagem **Pandemia evidencia desigualdades e deixa sonhos dos estudantes brasileiros ainda mais distantes**, publicada no dia 1º de setembro.

A incidência nos vários âmbitos da política é sem dúvidas um dos caminhos para alterar as desigualdades. Em **A trajetória de mulheres negras na política: entre as disputas nos partidos e o caminho para eleição**, publicada no dia 16 de setembro, discutimos a luta histórica das candidaturas femininas negras no Brasil dentro dos partidos políticos para garantir participação política.

Fica a vontade, aprecie sem moderação, compartilhe, divulgue. Nosso jornalismo de escrivências **Somos nós, falando de nós, para todo mundo!**

#MIDIANEGRA

JORNALISMO DE ESCREVIVÊNCIAS



Brenda Gomes
27 anos/Jornalista

Participar do Lab Afirmativa de Jornalismo fez toda diferença em minha formação, não apenas como comunicadora, mas também como um corpo negro no mundo. As oficinas profissionais, juntamente com a orientação dos editores da Revista durante a construção das reportagens, me possibilitaram compreender o quão importante é a resistência das mídias negras em nosso país, onde as histórias que representam essa população são invisibilizadas e recebem uma roupagem hegemônica, que por sua vez disseminam a cultura do genocídio. Agradeço a resistência deste espaço. Como diria o poeta “se a história é nossa, deixa que ‘nois’ escreve.



Thaís Vieira
23 anos\Estudante
de Jornalismo

Participar do Lab Afirmativa de Jornalismo foi uma experiência enriquecedora para eu conseguir expressar e pensar junto com os nossos sobre as questões que afligem o nosso povo. Compreender a importância do nosso papel na comunicação, enquanto comunicadores pretos e que nossos caminhos são de longe, só me confirma que a luta é contínua e de muita resistência!

MIRTES SOUZA E DANÚBIA SILVA: MÃES ENTRE A SAUDADE E A REVOLTA

**Por diferentes circunstâncias, essas duas mulheres
negras compartilham a dor de tantas outras: enterrar o
próprio filho**

Por Brenda Gomes e Thaís Vieira



Uma vida de mal me quer, não vi fé. Profundo ver o peso do mundo nas costas de uma mulher. Quando o rapper Emicida escreveu a letra da música “Mãe” fazia referência há tantas mulheres negras que, como a sua mãe, precisam aprender a superar os processos de violências, nos quais estão expostas todos os dias. O que deixa um questionamento: Se o amor de mãe é considerado o maior entre

todos os sentimentos, a dor de perder um filho em consequência de um crime pode ser considerada a pior entre as violências? Talvez esta pergunta passe todos os dias pelas cabeças da pernambucana Mirtes Renata Souza, 33 anos, e da baiana Danúbia Santos Silva, 38 anos. A trabalhadora doméstica Mirtes Renata, como tantas outras mulheres, tinha o desejo da maternidade consigo. Apesar de não ter planejado, ficou feliz quando soube que estava grávida de Miguel Otávio Santana. Mesmo com toda dificuldade financeira da família, o menino nasceu rodeado de amor, com direito a avó “babona” que fazia de tudo pelo “Neguinho”, como era carinhosamente chamado. Até o dia que, certamente, a pior entre as dores cortou o coração de Mirtes. Como um dia comum, naquela terça-feira (2 de junho deste ano) Mirtes fez suas atividades e saiu para levar a cadela da família que a empregava para passear, no seu retorno para o prédio de luxo onde trabalhava foi surpreendida pelo porteiro que falou que alguém tinha caído do prédio. Mirtes não imaginava que aquele era Miguel.

“CADA MINUTO DESDE QUE ELE ESTAVA NO MEU VENTRE ATÉ O DIA QUE ACONTECEU A TRAGÉDIA, ELE ME ENSINOU MUITA COISA. EU SEMPRE ME ESFORCEI PARA DAR O MÁXIMO DE ATENÇÃO, AMOR E CARINHO. SEMPRE FIZ O QUE PUDE PELO MEU FILHO”.

DANÚBIA SILVA

SARI CORTE REAL APERTOU O BOTÃO QUE MATOU MIGUEL

Naquele dia Mirtes deixou Miguel, de 5 anos, sob os cuidados de



Mirtes e Miguel – Imagem: Arquivo Pessoal

Sari Corte Real, primeira-dama da cidade de Tamandaré (PE), sua então empregadora, que estava fazendo as unhas, mas se comprometeu a cuidar do menino. “Ela estava responsável por Miguel, tanto que quando saí eu falei: ‘Sari, eu não vou levar as crianças comigo’. Meu filho e a filha dela, porque eles estavam *aperreando*”. Miguel caiu do prédio e morreu. Sari foi presa em flagrante por homicídio culposo, quando não há intenção de matar. Foi indiciada pela polícia por abandono de incapaz que resultou em morte. O delito é considerado “preterdoloso”, quando alguém comete um crime diferente do que planejava cometer. Após o pagamento de fiança no valor de R\$ 20 mil reais, ela foi liberada para responder o processo em liberdade. Inicialmente a acusada não teve o nome divulgado pela polícia.

“SE FOSSE AO CONTRÁRIO EU ESTARIA NO PRESÍDIO APANHANDO TODO SANTO DIA DAS PRESAS. EU NÃO TENHO VINTE MIL PARA PAGAR A FIANÇA”.

MIRTHES RENATA SOUZA



Sari Corte Real após prestar depoimento – Foto: Carlos Ezequiel Vannoni (Agência Pixel Press)

Após avaliar as imagens, a polícia constatou que a criança saiu do apartamento de Sari, no 5º andar, para procurar a mãe e foi até os elevadores do condomínio. Por meio de perícias, o Instituto de Criminalística de Pernambuco (IC) constatou que a acusada acionou a tecla do elevador que dá acesso à cobertura às 13h10, saindo do elevador em seguida. O laudo contradiz a versão dada pelo advogado de Sari. Miguel parou no 9º andar, seguiu em direção a um corredor e parou em frente a uma janela da área técnica, escalou um vão e alcançou uma unidade condensadora de ar. Miguel tinha 1,10 metro e a janela, 1,20 metro. Marcas das sandálias que a criança usava atestaram que ele ficou em pé na condensadora. Para descer de lá, Miguel pisou em um segundo equipamento do mesmo tipo e se dirigiu a um gradil que tem função estética. A criança escalou as grades e, ao chegar ao quarto “degrau”, se desequilibrou e caiu. A perícia descartou a hipótese de que alguém estivesse com a criança no 9º andar. Para isso, foi calculado o tempo em que o garoto saiu do elevador e caiu no térreo: cinquenta e oito segundos. Também

não havia vestígios de outra pessoa no corredor em que a criança entrou.

O pesadelo de ver o próprio filho caindo do prédio, estirado no chão, é o cenário das noites de Mirtes e da sua mãe, Marta Santana, que também já havia sentido a dor de perder um filho assassinado. “Minha mãe sente muito a falta de Miguel. Ele era único neto dela. Ela já sentiu a dor da perda uma vez quando perdemos meu irmão



Marta, Mirtes e Miguel – Imagem: Arquivo Pessoal

de uma forma bem trágica também, e agora eu sinto neste momento o que minha mãe sentiu. Ela está sentindo dobrado porque ela sentiu do meu irmão e sente o do neto”. Marta também era trabalhadora doméstica da mesma família, mas nesse dia estava de folga. Mesmo após a divulgação da gravação das imagens da tragédia, Sari e seu esposo, o prefeito de Tamandaré, Sérgio Hacker (PSB), compareceram ao velório de Miguel. Cumprimentaram Mirtes e

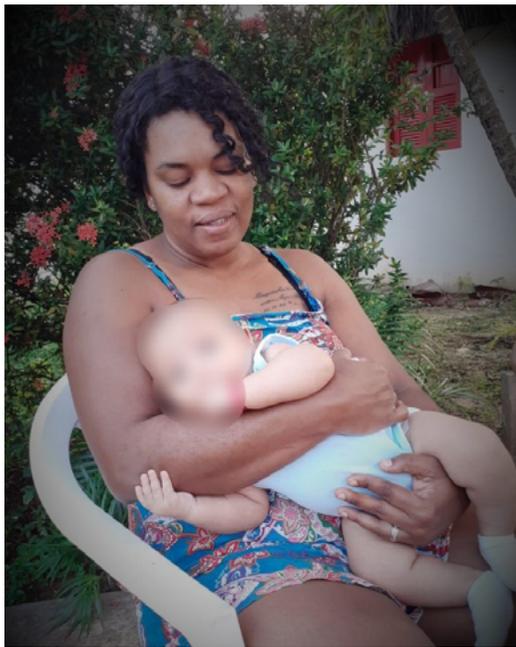
sua mãe, que ainda não tinham visto as imagens. Ainda assim, a presença de Sari e Sergio causou alvoroço entres os parentes do menino, o que fez com que o casal se retirasse logo.

“ALÉM DISSO MULHER, TEM OUTRA COISA. MINHA MÃE NÃO DORME ENQUANTO EU NÃO CHEGAR”

O verso do cantor Adoniran Barbosa atravessou gerações. Ele se destacou por cantar a rotina dos menos favorecidos, solitários, despejados. Em especial, esse verso da canção Trem das Onze ilus-

tra a vida de muitas mães de jovens brasileiros. Danúbia Silva (38) também não dormia até ter a certeza que o filho, Marcus Vinicius Cidreira Santos, de 21 anos, já estava em casa com a esposa, Luana, e com o filho recém-nascido, no bairro da Santa Cruz, periferia de Salvador (BA). Além de Marcus, Danúbia tem outras três filhas; as “três Marias”, como ela as chama carinhosamente (9, 11 e 15 anos), que moram com ela e com seu marido Sérgio Silva, no bairro de Cajazeiras, também em Salvador. Danúbia trabalhou como manicure, vendedora e até cuidadora de crianças, mas um dia encontrou sua vocação profissional como cozinheira, função que exerce há mais de 10 anos.

Mesmo com a energia das Marias, o amor e a parceria com o primogênito eram notáveis de longe. “Com ele eu não me sentia só. Ele saía lá do Nordeste e vinha aqui me ver... Todos os dias de manhã meu filho mandava uma mensagem para mim desejando bom dia”, conta. Por volta das 9h, da sexta-feira, dia 24 de abril de 2020, Marcus saiu para levar o lixo, comprar o pão e um bolo



Danúbia Silva – Imagem: Arquivo Pessoal

para comemorar o primeiro mês de vida do seu filho, levando em sua carteira seus documentos de identidade, três números telefônicos de familiares e uma nota de R\$10. Nesse dia, a família de Marcus não teve motivos para comemorar. Segundo relatos de testemunhas, o jovem foi atingido por tiros e chutes na costela durante uma operação da Polícia Militar, a execução não ocorreu no momento devido aos populares que

estavam no local. Reconheceram Marcus, e interviram falando que o jovem não tinha envolvimento algum com os criminosos procurados pelos PMs. Mesmo assim a instituição demorou a prestar socorros, não lhe atribuindo nenhuma humanização, como protocolo típico da PM em relação às vidas negras e periféricas. Marcus faleceu no Hospital Geral do Estado (HGE) às 11h21 e até então sua família não havia tido notícias sobre seu paradeiro. Como era de costume entre mãe e filho, Marcus mandou uma mensagem para Danúbia pela manhã, instantes antes de seu assassinato. A mãe não visualizou no momento. Ao longo do dia, Danúbia e Luana Menezes – companheira de Marcus – permaneceram em contato, pois não sabiam do ocorrido e acreditavam na possibilidade do jovem ter ido ajudar alguém na comunidade ou estar na casa da avó. Mãe e esposa estavam preocupadas com a demora, mas acreditavam que Marcus retornaria para casa vivo.

Somente às 17h, após Danúbia e seu marido se deslocarem para a 28ª Delegacia – no Nordeste de Amaralina, a mãe descobriu que seu filho foi alvejado por supostos “meliantes”, a partir da versão da Polícia Militar. Ela não acredita que membros do crime organizado no bairro poderiam ter atirado em seu filho: “Ele foi nascido e criado na comunidade, era trabalhador, conhecido e muito solidário com todos por lá”.

FUTUROS INTERROMPIDOS

Miguel Otávio tinha sonhos, e Mirtes tinha sonhos para Miguel. Mesmo com a pouca idade, a mãe conta



Marcus Vinicius Cidreira Santos - Imagem: Arquivo Pessoal

que era só passar um policial que o menino gritava “Oi, amigo!”. Era o sonho dele. Mas ela queria que ele fosse além, que estudasse para ser “um advogado, um médico”. Tinha esperança que o esforço que estava fazendo para criar o menino compensaria e melhoraria e o futuro da família. O futuro de Miguel naquele dia dependeu de Sari, esta que abdicou do cuidado e da vida do menino. Marcus Vinicius trabalhava como motoboy em aplicativos de entrega e em uma pizzaria no bairro da Pituba. Tinha um sonho de trabalhar como músico, gostava muito de tocar bateria, mas pelas condições financeiras, acabou largando o ofício. Chegou a prestar concursos para a Guarda Municipal e Polícia Militar e tinha o desejo de servir o Exército. Após o Carnaval deste ano Danúbia ficou desempregada e passou a planejar vender pizzas como forma de levantar uma renda extra para a família. Quem fazia o serviço de entrega era Marcus. Porém seus planos não chegaram a se concretizar.

“DIGO QUE CONTINUO TENDO QUATRO FILHOS, MEU FILHO FOI MORAR COM DEUS, MAS ELE CONTINUA SENDO MEU FILHO”.

DANÚBIA SILVA

CASOS SEGUEM EM SEGREDO DE JUSTIÇA

Além da dor de perder um fi-



Marcus, Danúbia e Luana Menezes - Imagem: Arquivo Pessoal

lho, Mirtes ainda se depara com a incerteza da agilidade do caso. Já que, apesar da visibilidade que alcançou, Sari está ligada a uma família influente e poderosa da região da Zona da Mata Sul. Onde seu esposo, juntamente com os irmãos Isabel Hacker e Franz Hacker, são prefeitos de cidades vizinhas (Tamandaré, Rio Formoso e Sirinhaém, respectivamente). Segundo advogado que acompanha o caso, Dr. Rodrigo Almendra, o processo de Miguel é um pedido de condenação formulado pelo Ministério Público. Por ser uma ação sobre crime contra criança, o processo correrá em segredo de justiça.



Mirtes – Imagem Carlos Ezequiel Vannoni (Agência Pixel Press)

O mesmo silêncio aflige o coração de Danúbia. O caso está sendo acompanhado por advogadas, também em segredo de justiça. A vontade de justiça movem estas duas mães.

“QUEM VAI CATAR OS CORPOS?”

Histórias como a de Danúbia e Marcus acontecem todos os dias em

todos os estados brasileiros. Pois quando o assunto é violência do Estado e crime de genocídio contra negros, o Brasil pode dar aula. De acordo com o Anuário da Violência elaborado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 75% das vítimas de letalidade policial são negras, no país onde 56% da população se autodeclara negra. São prantos que ecoam de vários lugares, que não têm sequer o direito de viver o luto, pois depois da morte física, começa a morte simbólica, na aliança perversa entre o Estado e a mídia hegemônica. Meninos, adolescentes e jovens perdem suas histórias e viram os bandidos que morreram em troca de tiros com a polícia. Mesmo que quase todos eles nunca tenham passagem. Não é apenas o extermínio de mais um jovem, é também a destruição de uma mãe, de uma família. “Tem dias que eu não consigo falar, tem dias que eu não consigo ouvir, nem olhar uma foto. É difícil”, declara Danúbia. A coordenadora do Programa de Direitos Humanos do Odara – Instituto da Mulher Negra e do Projeto “Minha Mãe não dorme enquanto eu não chegar”, Benilda Brito, destaca que além do aumento da pobreza, houve um aumento da violência nas periferias durante a pandemia do novo coronavírus. “Há uma certeza da impunidade das violências policiais nas comunidades. A gente tem visto um aumento muito grande. Com os órgãos fechados, ou trabalhando em horários reduzidos, as comunidades estão ainda mais sozinhas, contando com poucos parceiros para se cuidar”. O projeto, criado em 2015 pelo Instituto Odara, atua principalmente em três regiões de Salvador: Cabula, Uruguai e Nordeste de Amaralina, acompanha cerca de 120 mulheres de famílias que perderam seus entes por conta da violência policial. “A nossa assistência e parceria estimula o desejo delas de sonhar novamente”, afirma Brito.

As atividades são realizadas através de algumas ações emergenciais

e preventivas como rodas de conversas, orientações jurídicas, fortalecimento comunitário, denúncias, mobilizações sociais, união, práticas e estratégias de autocuidado e valorização à vida. O perfil do público é quase sempre o mesmo: 95% mulheres negras, chefes de família, trabalhadoras domésticas ou trabalhadoras informais, em sua maioria com 3 a 5 filhos, muitas já perderam mais de 1 filho pela violência, e possuem apenas o ensino fundamental.

MAIS DO QUE NÚMEROS: CACOS NOS CORAÇÕES E CALOS NAS MÃOS

As histórias de Mirtes e Danúbia apresentam o semblante da injustiça no Brasil. Relembrar os momentos da gestação, da maternidade, vivenciar toda trajetória de seus filhos e de repente terminar em um cemitério, por negligência do Estado, que atira primeiro para depois perguntar o nome. Ou pelos caprichos e irresponsabilidade da *socialite* primeira-dama, branca e influente que não quis parar de fazer as unhas para pegar na mãozinha da criança de cinco anos e levá-la até sua mãe, trabalhadora doméstica negra, que até quando esteve doente da covid-19 continuou trabalhando e vivendo na casa da família em Tamandaré, onde Hacker é prefeito. O desenho da desigualdade durante a pandemia mostra que mesmo dentro de casa, meninos negros são os alvos preferidos do Estado. Mesmo com as medidas de isolamento social, houve um aumento de 26% de mortes pela Polícia Militar no Brasil, entre os meses de abril 2019 e o mesmo período de 2020. A pesquisa foi realizada pelo grupo GLOBO. Segundo o Atlas de Violência de 2019, jovens negros estão mais suscetíveis à violência letal do que jovens brancos. A chance de um jovem negro ser assassinado é 2,7 vezes maior do que a de um jovem branco. 75,4% das pessoas mortas em intervenções policiais entre 2017 e 2018, no Brasil, eram negras. Entre

Junho de 2019 e Maio de 2020, os dados coletados pela Rede de Observatórios de Segurança demonstram que o estado da Bahia teve 332 ações policiais com vítimas, registrando 260 mortes e 24 chacinas, sendo o 2º estado que mais mata em operações policiais no país. Ainda segundo o Atlas da Violência 2019, Salvador é a 5ª cidade mais violenta do país, atrás somente de Fortaleza (CE), Rio Branco (AC), Belém (PA) e Natal (RN). Os crimes contra a vida de pessoas negras não são casos isolados e não acontecem por mera coincidência. O debate sobre o genocídio do povo negro vem sendo pautado pelos movimentos negros no Brasil há pelo menos quatro décadas. Sobretudo quando falamos de extermínio da juventude, saúde das mulheres negras e maternidade. Elas são violentadas com a negação do acesso às políticas de direitos sexuais e reprodutivos, com a violência obstétrica, e com a maternidade brutalmente interrompida pelo racismo. Por outro lado, a cultura racista e sexista no Brasil faz com que as mulheres negras sejam as principais sujeitas a ocuparem as vagas de trabalho doméstico. Dados de 2017 e 2018 compilados pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) e Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) revelaram que neste período havia 6,23 milhões de pessoas trabalhando nesta ocupação, 92,6% eram mulheres, sendo 62,5% negras e 30,1% brancas. Entre as mulheres negras, 46% são chefes de família eram responsáveis pela renda integral da família. Por este motivo, durante muito tempo esta categoria trabalhista não possuía direitos assegurados. E são comuns os relatos destas trabalhadoras sobre criarem os filhos das famílias empregadoras e não conseguirem acompanhar o crescimento dos próprios filhos. Outras tantas introduziram suas filhas na profissão ao dividirem as tarefas nas casas onde trabalhavam. Muitas outras levam seus filhos ainda pequenos para seus locais de trabalho por não terem com

quem deixar, ou para aliviar a saudade, como fez Mirtes Renata, no dia da trágica partida de Miguel. Ainda é um desafio para a sociedade compreender que o racismo e a violência policial são violações de direitos humanos. Que não pode ser aceitável que estatísticas de morte digam sempre, em maioria, sobre pessoas negras. Que os corpos contados nas estatísticas falam sobre sujeitos que possuem trajetórias, sonhos, famílias. Como disse Benilda Brito: “Quando um jovem é assassinado, toda a comunidade sofre”. Há uma relação direta entre o Estado e a naturalização da morte trágica das pessoas negras. Como demonstra os estudos do pesquisador e filósofo camaronês, Achille Mbembe, essa relação é chamada de necropolítica: “... a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer”. A morte e desumanização das pessoas negras é política de Estado. A dor, a revolta e o desejo de justiça que hoje movem as vidas de Danúbia Silva e Mirtes Renata é a defesa mais radical dos Direitos Humanos. Cabe a nós, sociedade, nos posicionarmos pela aceitação da tragédia cotidiana, ou pelo apoio, justiça e solidariedade a estas mães.

#MIDIANEGRA

JORNALISMO DE ESCREVIVÊNCIAS



Andressa Franco
19 anos \ Estudante
de Jornalismo

A experiência do Lab durante um momento de pandemia foi sensacional antes de qualquer coisa por ter sido possível. Enriquecedor tudo o que aprendi com as figuras que conhecemos nas formações, experiências trocadas com os colegas e com as fontes que tivemos o prazer de entrevistar, de conhecer suas histórias, ouvir as dificuldades e os impactos da covid-19 nas suas vidas e empregos, além de todo o apoio da equipe da revista para colocar as reportagens no mundo. Fico muito feliz pela oportunidade de escrever para e aprender com a Afirmativa.



Luana Gama
22 anos \ Estudante
de Jornalismo

Participar do Lab Afirmativa de Jornalismo foi muito enriquecedor pra mim, como pessoa e como profissional. Aprendi coisas incríveis e pude conhecer histórias maravilhosas, que vou levar pra vida. Participar de duas reportagens, que mostram a verdadeira realidade do país, foi uma das melhores experiências que tive como jornalista.

EMPREGO, RENDA E COVID-19: O IMPACTO DA PANDEMIA NA VIDA DOS TRABALHADORES NEGROS

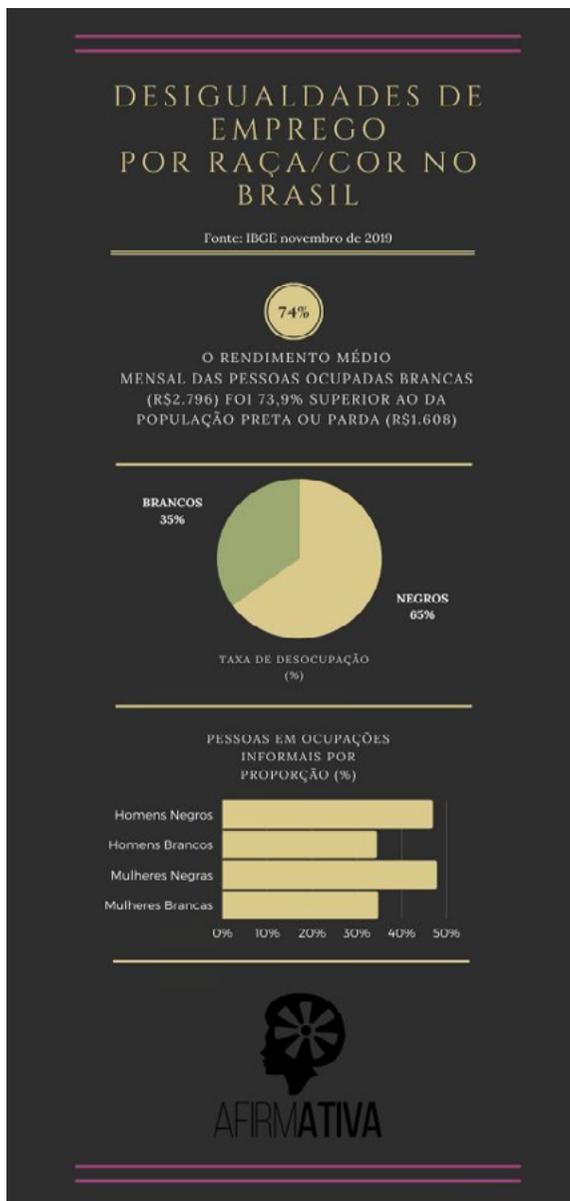
Dando nomes aos números e rosto às estatísticas

Por Andressa Franco e Luana Gama



A pandemia do novo coronavírus no Brasil tem evidenciado uma série de desigualdades sociais e econômicas que já existiam no país. No mercado de trabalho e na busca por renda, o cenário não é diferente: a população negra é a que mais sente os reflexos da crise. Os negros são a maioria nas atividades informais, que tiveram os rendimentos reduzidos, deixaram de trabalhar ou foram demitidos,

como o vendedor ambulante, o entregador de pizza ou a trabalhadora doméstica sem carteira assinada.



Essa parcela da população, que corresponde a 38 milhões de pessoas, segundo o último levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), não possui vínculos empregatícios. Para esses trabalhadores, não há o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), seguro-desemprego, licença médica remunerada, ou outro benefício que possa garantir o sustento. Isso significa que, perder o emprego, é basicamente perder a renda.

Segundo a especialista em História Social e professora da Universidade Federal Fluminense (UFF), Ynaê Lopes, que

pesquisa sobre escravidão e relações raciais nas Américas, essa desigualdade da população negra e o mercado de trabalho é reflexo de quase quatro séculos de escravidão no país. Durante esse período, a população negra compôs como escravizados a maior parcela da mão de obra, responsáveis pela construção e efetivação das mais variadas tarefas, mas não foram inseridos no mercado de trabalho formal.

“Curiosamente, essa mesma parcela foi destituída do lugar de trabalhador brasileiro, justamente no período que o Brasil iniciava uma investida no capitalismo propriamente dito e nas relações assalariadas de trabalho. Boa parte desses trabalhadores não puderam entrar nas sociedades de classe, ocupar os empregos e ficaram sujeitos aos trabalhos mais precários, não legalizados pelas leis trabalhistas”, explica.

De acordo com a historiadora, no que diz respeito à empregabilidade, os negros são mais vulneráveis à pandemia. “A verdade é que a pandemia descortina as desigualdades criadas pelo racismo que já estavam veladas, que é pautada pelo racismo”, afirmou. Ela complementa afirmando que “esses homens e mulheres [negros] vão ter que trabalhar muito mais para ganharem muito menos. Nós estamos num momento absolutamente crucial que o Estado deveria se fazer presente de forma mais enfática”.



Ynaê Lopes pesquisa escravidão e relações raciais nas Américas

“O FATO DE AS PESSOAS NEGRAS ESTAREM OCUPANDO A MAIOR PARTE DOS TRABALHOS PRECÁRIOS, É UMA AÇÃO DO RACISMO QUE, POR SUA VEZ, FARÁ COM QUE ESSAS PESSOAS NEGRAS ESTEJAM MAIS SUJEITAS A CONTRAÍREM A COVID-19”.

INAÊ LOPES

A Revista Afirmativa foi atrás de histórias de trabalhadores baianos para entender como está a obtenção de renda em meio à crise do novo coronavírus.

“A VIDA DE EMPREGADA DOMÉSTICA NÃO É FÁCIL NÃO”

Onde está a força de trabalho feminina no país? Um número ajuda a responder esta questão. Segundo os últimos dados divulgados em 2019 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 6,2 milhões de pessoas, entre homens e mulheres, estavam empregadas no serviço doméstico – 93% são mulheres. Desse total, 3,9 milhões eram mulheres negras, o que representa 63% do total de trabalhadores domésticos. Um ponto evidencia a vulnerabilidades dessas trabalhadoras: 71% não tem carteira assinada. São essas mulheres que mais sofrem os efeitos da crise.

De acordo com a presidenta do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas da Bahia (Sindoméstico), Creuza Oliveira, são poucos os patrões que estão dando suporte nesse período. “Uma integrante do sindicato ofereceu a casa para uma trabalhadora que não teve como pagar o aluguel; uma outra teve que fazer confinamento na casa dos patrões, podendo voltar para casa apenas de 15 em 15 dias”, relata a líder do sindicato.

As reclamações recebidas vão desde o não pagamento dos direitos trabalhistas, até a demissão ou dispensa sem a manutenção do salário, o que tem afetado em



Creuza Oliveira relata como está a situação das trabalhadoras domésticas na pandemia

cheio as trabalhadoras sem carteira assinada. “Se ela trabalha, ela tem a diária. Se ela não trabalha, ela não tem a diária. E a maioria dessas mulheres são chefes de família, mães solas, que garantem o sustento dela e dos filhos através do trabalho doméstico.” disse.

A presidenta do sindicato também critica a fiscalização da justiça quanto aos patrões que não assinam as carteiras das funcionárias. “Os juízes e juízas são patrões e patroas. Isso facilita que os patrões não respeitem os direitos dessas mulheres. Muitas não têm conhecimento dos seus direitos. Algumas não têm coragem de reivindicar e acabam se submetendo a certas condições análogas à escravidão”, ressalta.

O que chama atenção na relação entre patrões e trabalhadoras domésticas é o descaso com a saúde dessas mulheres no período de pandemia. Nos primeiros casos de contaminação por Covid-19 no Brasil isso ficou evidenciado. Duas trabalhadoras domésticas, uma no Rio de Janeiro outra em Feira de Santana (BA), foram contaminadas pelos patrões vindos do exterior. De acordo com Creuza a negligência foi ainda maior. “Tem outras que os patrões sabiam que estavam infectados, mas não falaram nada para elas”.

O trabalho doméstico chegou a ser considerado serviço essencial pelo governador do Pará, Helder Barbalho, provocando muitas reações negativas. Os deputados Helder Salomão e Benedita da Silva, ambos do PT, enviaram em março para a Câmara dos Deputados um Projeto de Lei visando à proteção do emprego e renda das trabalhadoras e trabalhadores domésticos durante a crise sanitária. Já em maio, a deputada Áurea Carolina (PSOL) apresentou outro projeto para impedir que o trabalho doméstico fosse considerado essencial durante a calamidade pública.

Para diminuir os efeitos da crise, o sindicato tem arrecadado cestas básicas para as trabalhadoras. Até o momento, 400 cestas foram entregues. Uma das mulheres que recebeu a doação é a diarista Darcilene de Jesus, de 35 anos, moradora do bairro Engomadeira em Salvador (BA). Natural de Irará, interior da Bahia, começou no serviço doméstico bem cedo e por isso não pôde concluir os estudos. Veio para a capital para tentar a sorte. “Se em Salvador, o pessoal não quer pagar ‘legal’, imagine em interior, cidade pequena?”



Antes da pandemia, ela fazia faxina três vezes por semana na casa de uma senhora que morava com a filha. Após as medidas de isolamento social foi dispensada pela patroa que faz parte do grupo de risco. Sem carteira assinada, não tem direito a nenhum benefício e sua antiga empregadora não continuou pagando o valor das diárias. Para complementar a renda, costumava fazer outras faxinas em outros lugares, mas também teve que parar.

“QUERIA EU QUE ELA ESTIVESSE ME DANDO QUALQUER ‘AGRADO’ QUE

FOSSE, QUALQUER DINHEIRO. NÃO ESTÃO ME DANDO NADA. PRA FALAR A VERDADE, NEM PERGUNTAM SE EU ESTOU VIVA, SE EU ESTOU MORTA, SE EU PEGUEI OU NÃO PEGUEI [O VÍRUS]. NÃO ME FALAM NADA, NENHUMA LIGAÇÃO”

DARCILENE DE JESUS

Darcilene tem um filho de três anos e não conta com o apoio financeiro do pai da criança. Atualmente depende do Bolsa Família emergencial de R\$ 600 reais e da ajuda dos familiares. “Quem é empregada doméstica sabe, né? A única renda que eu estou tendo no momento é essa do auxílio emergencial por causa do Bolsa Família, e minha mãe que sempre manda um trocado para mim. Meu pai tá aqui em Salvador, é taxista, mas ele não pode me ajudar porque ele está em casa, parado, sobrevivendo do auxílio também”, relata Darcilene.

O auxílio é utilizado para pagar o aluguel e para alimentação do filho, e não é suficiente para outras demandas. Mesmo ganhando pouco antes da pandemia, Darcilene diz que preferia estar trabalhando todo dia: “Trabalhou, recebeu, pagou as contas”.

Com a chegada da pandemia, ela, que imaginou que a ida para a capital fosse lhe render mais oportunidades, não vê a hora de retornar para sua cidade natal. “Todo dia eu penso em arrumar minhas malas, pegar meu gurizinho e ir pra Irará, porque lá as coisas são mais fáceis”, disse. A história de Darcilene reflete a de muitas outras mulheres negras do interior, que precisam deixar as famílias para cuidar de outras, em busca dos seus sonhos e da sua independência.

EM DUAS RODAS

Com o confinamento para evitar a propagação da Covid-19, a população passou a recorrer aos serviços de entrega com maior frequência. Os entregadores por aplicativo se tornaram essenciais. Mas, por outro lado, não estão sendo valorizados. Junho foi marcado pelo “breque dos apps”, paralisação nacional dos entregadores por aplicativo, setor comandado principalmente pelas empresas iFood, Rappi e Uber Eats, realizado nos dias 1 e 25 de julho, para reivindicar melhores condições de trabalho.



Darcilene conta que tem vontade voltar para a cidade natal

Não há dados gerais sobre a quantidade de entregadores no país. Mas, de acordo com o Ipea, o número de pessoas que trabalham com delivery aumentou em 201 mil pessoas apenas no primeiro trimestre de 2019 em relação ao mesmo período de 2018. Se antes da pandemia, as plataformas de entregas eram vistas como uma saída para obtenção de renda, agora, se tornou a principal fonte de muitos trabalhadores.

“Os empregos informais nessa pandemia, ocupados em sua imensa maioria por negros, vão ser ampliados justamente pela crise econômica que estamos vivendo e vão ser ampliados no sentido da exploração inerentes a eles”, alerta a historiadora Ynaê.

Matheus Cardoso, 22 anos, recorreu às entregas por delivery depois de ser dispensado do estágio em uma academia, fechada logo no início das medidas de isolamento na capital baiana. Ele já tinha trabalhado antes como entregador. “Para mim, no momento, era a única alternativa. Pela experiência que já tinha adquirido na época e pela liberdade de horário que o aplicativo me proporciona”. Ele mora sozinho sozinho no bairro Pernambués em Salvador (BA), e solicitou o auxílio emergencial, que manteve as despesas essenciais. Trabalha em média seis horas por dia, cinco dias por semana, em apenas uma plataforma. Roda na maioria das vezes à noite.

Apesar do crescimento da demanda, o valor arrecadado com as entregas não aumentou. Ele explica que, o motivo se dá ao alto número de entregadores. “Quando comecei, a Uber estava iniciando o mercado de delivery aqui em Salvador. Aí o pagamento era muito melhor e a quantidade de entregadores era menor. Hoje, a demanda apesar de ter aumentado durante a pandemia, também aumentou bastante o número de entregadores e eles se aproveitaram para diminuir as taxas de pagamento”, explica.

“Tenho que fazer o dobro de entregas para ter o mesmo rendimento que tinha antes. Antes eu fazia cinco entregas para ter um rendimento financeiro de R\$100,00. Hoje tenho que fazer 10 entregas para ter o mesmo valor que tinha antes”, conta.



Matheus Cardoso voltou a ser entregador por aplicativo na pandemia

Com medo de ser contaminado pelo novo coronavírus devido ao contato com vendedores e clientes, ele toma alguns cuidados: usa uma roupa que cobre o corpo inteiro, máscara de proteção, capacete fechado e higienização das mãos com álcool em gel antes de entregar os produtos e depois de manusear o dinheiro. Nenhum desses equipamentos foi fornecido pelo aplicativo para o qual Mathews faz as entregas.

Tendo aderido à paralisação, acredita que é necessário maior suporte para os entregadores por conta da pandemia. “As ruas estão mais desertas, e isso acaba aumentando a nossa vulnerabilidade em relação a roubo, furto e acidentes”, afirma. Apesar do cenário de incertezas, o jovem conta que pretende continuar rodando por pelo menos mais um ano e meio para garantir o sustento e conquistar alguns objetivos.

E AS PEQUENAS EMPREENDEDORAS?

A crise tem atingido em cheio os pequenos negócios. Sejam pelas medidas de restrição, que fecharam alguns comércios não essenciais, ou pela diminuição no número de clientes, os microempreendedores têm sofrido com a queda no faturamento. E se o comércio for chefiado por uma mulher negra, os efeitos da crise são ainda maiores, como aponta os dados divulgados no início de agosto pelo Sebrae, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV).

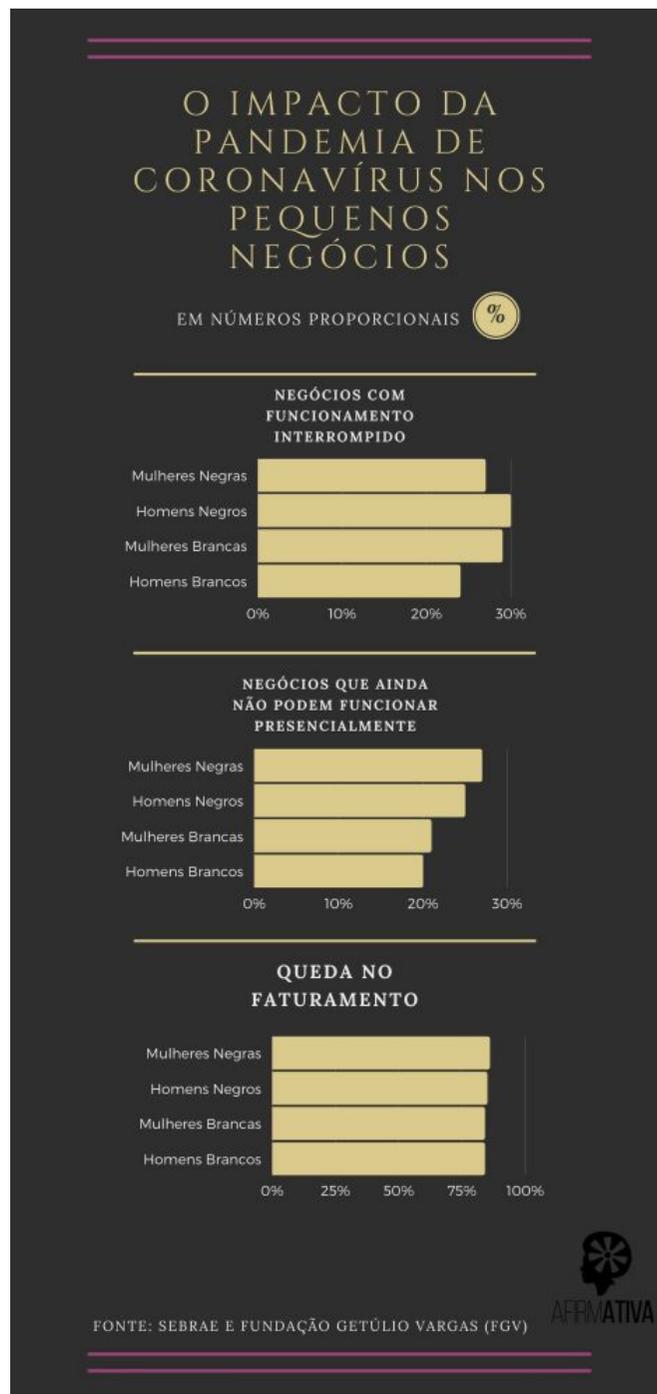
Para não ter de fechar o negócio, Vilma dos Santos, de 54 anos, e a filha Darlene Oliveira, 31 anos, moradoras do Calabetão na capital baiana, tiveram que se reinventar para continuar com o ‘Acarajé da Vilma’. O ofício está na família há 43 anos, comercializado em um ponto físico no bairro onde moram. “O cliente da gente é neto da se-

nhora que comprava na mão da minha avó”, diz Darlene ao falar sobre o empreendimento. Com a diminuição da circulação das pessoas e como Vilma está no grupo de risco da Covid-19, por ter hipertensão, tiveram que parar de vender fisicamente. A saída? Investir no delivery, que está funcionando há 4 meses. Hoje, além do Calabectão, atendem em média 12 bairros vizinhos.

“O delivery era uma coisa que já estávamos pensando para depois. Quando veio a pandemia, foi uma das soluções para que a gente não parasse de vender. O

serviço de entrega veio para reforçar e aumentar a clientela, e manter a saúde, nossa e dos clientes”, conta Darlene.

Outras alternativas criadas pela dupla são os novos produtos que entraram para o cardápio e, também o drive-thru, onde o cliente retira o produto na casa delas. “A gente conseguiu se manter. Es-



tamos lançando outros produtos: a comida baiana e o mini abará congelado, que é uma forma das pessoas não saírem de casa. Estamos conseguindo nos manter de acordo com a nossa nova adaptação”, relata. Além de mãe e filha, o negócio sustenta mais outros sete funcionários, entre parentes e vizinhos das empreendedoras.

Elas solicitaram o auxílio emergencial de R\$ 600 do Governo Federal e foram aprovadas. Darlene conta que o valor foi usado para investir no negócio e garantir o funcionamento na pandemia. “Foi com esse dinheiro que conseguimos contratar um motoboy e fazer algumas mudanças. Comprar fardamento, material de proteção como máscara, luvas, álcool em gel”, disse.

Segundo a Associação Nacional de Baianas de Acarajé (Abam), das mais de 2 mil baianas de acarajé de Salvador, cerca de 80% estão paradas. Vilma e Darlene têm a mesma opinião: sem as adaptações, teriam de fechar o negócio, passado de geração em geração.

“A gente não aguentaria por muito tempo. As pessoas não iriam para rua, e a gente ia sucumbir, parar de vender e ficar em casa só recebendo o auxílio até o dia que ele existir”, ressaltou Darlene, com o complemento da mãe, Vilma: “eu acho que a gente teria que fechar se não tivesse o delivery”.

Além da crise econômica, as baianas de acarajé estão tendo que enfrentar um outro desafio. A safra do dendê, que dá origem ao azeite de dendê, um dos principais ingredientes usados pelas quituteiras, sofreu uma grande queda em 2020, o que diminuiu a produção do azeite. Consequentemente, há uma escassez do produto e um aumento do preço. Para Darlene a situação é preocupante: “Vou ten-

tar comprar o máximo de azeite possível para estoque. Sem ele não vamos conseguir trabalhar”.

O delivery, no entanto, não é uma estratégia que funciona para todos os pequenos negócios. O impacto da Covid-19 na loja Negrif, por exemplo, foi diferente da história do ‘Acarajé da Vilma’. Madalena Silva, de 45 anos, é a fundadora da Negrif, loja de roupas de moda afro que fica no Edifício Bariloche, em Salvador (BA). Está com as portas fechadas desde o dia 20 de março.

“Tive que mandar todo mundo pra casa sem saber o que ia acontecer a partir daquele momento e, na verdade, acho que continuamos sem saber o que vai acontecer”. Moradora do bairro Boca do Rio, a loja é sua principal fonte de renda desde 2011, quando deixou de revender peças e finalmente alugou um espaço físico para as vendas.

Apesar da reabertura do comércio na capital, teme não saber como o consumidor vai se comportar. “Eu não sei se o consumidor vai realmente ser um consumidor interessado em internet,



Dona Vilma e Darlene buscaram alternativas para o pequeno negócio, o Acarajé da Vilma

em comprar por e-commerce, ou se vai continuar querendo ir à loja. Então continua sendo um momento muito delicado”, afirma a design de moda.

A pressão do Governo Federal para que os Estados e municípios reabram os comércios locais se dá justamente como uma tentativa de gerar algum tipo de arrecadação, ainda que haja alto risco de contaminação. Até o início de agosto, de acordo com informações do Siga Brasil, o Governo Federal gastou 54% do orçamento de R\$ 509,97 bilhões liberados pelo Congresso Nacional para enfrentamento ao novo coronavírus. O valor foi destinado em sua maior parte para o pagamento do auxílio emergencial, visando atingir principalmente os trabalhadores informais, que sentiriam o impacto da crise com mais intensidade. Além disso, a baixa execução desses recursos acaba afetando a população negra e quilombola, pois são políticas públicas que não alcançam seus territórios e não os acessa diretamente.

Para sobreviver durante esse período, Madalena recorreu à suspensão do contrato de trabalho oferecido pelo governo federal. Assim, os seis que trabalham na loja receberam quatro parcelas do seguro-desemprego, no valor de um salário mínimo, e puderam ficar em casa. Essa foi a saída encontrada por cerca de 34% das mulheres donas de pequenos negócios segundo a pesquisa do



Madalena esperar reabrir logo a loja de moda afro

Sebrae. Porém quando observados os números gerais, segundo o Siga Brasil a adesão nacional foi de apenas 7%.

Com 90% de queda no faturamento, Madalena ainda estava com a loja virtual em construção quando a pandemia chegou, “Sobreviver nessa pandemia dizendo que eu tive boas vendas na internet, isso não é real pra mim porque o que eu vendi, não pagou minhas contas”. Como seus produtos, que estavam na loja física não foram para a loja virtual, as vendas pela internet não funcionaram.

A saída foi recorrer aos aplicativos de mensagem. “O Whatsapp tem sido o melhor meio, mais rápido, mais prático, porque a gente passa o link, fecha a entrega, se precisar a pessoa passa o CEP e a gente calcula o valor do envio. Se for um bairro de Salvador, a gente entrega sem custo”. Essa alternativa de vendas, no entanto, não arca com todos as despesas. Além disso, não foi contratado nenhum sistema de delivery. As entregas são feitas com o próprio carro da empresa.

Madalena, assim como tantas outras pequenas empreendedoras, mal pode esperar para voltar a ter com os clientes o mesmo contato. “Sonho nesse momento é voltar a ver a minha loja cheia, os clientes circulando e super felizes. Mas lógico que eu entendo que isso vai demandar um tempo e talvez esse ritmo não volte a acontecer, porque isso significa aglomeração. Eu tenho que continuar observando o cliente, ver o que ele vai desejar, ver como ele vai se comportar para criar a nova dinâmica da Negrif pós-covid”, ressalta.

Um mercado de trabalho pós-covid, para à população negra, deve ser marcado pela inclusão e ações afirmativas. É esse o futuro que a pesquisadora Ynaê Lopes espera para tornar a busca por emprego e renda dessas pessoas menos difícil e desigual.

“Um das ações possíveis para pensar numa inserção mais igualitária da população negra no mercado de trabalho, é pensar em ações afirmativas. “Eu só consigo ver algum tipo de saída positiva, com uma atuação maior do Estado e um comprometimento dessas ações estatais numa luta antirracista”, aponta.

#MIDIANEGRA

JORNALISMO DE ESCREVIVÊNCIAS



Gabriel Rodrigues
24 anos \ Estudante
de Comunicação

“Eu sou porque nós somos” - a cosmologia africana (Ubuntu) guia-nos para o coletivo, para o aquilombamento. As nossas vivências tomadas de outros, de outras, de NÓS e de infinitas realidades, sempre vivas. À medida que nos expandimos criamos novos horizontes e nos potencializamos, dotados de sabedoria para nosso bem viver. A energia transcende, em carne, porque somos tecnologia de construção da vida, por isso resistimos. Fortalecidos e atravessados pelo ancestral, recusamos a dor. Poder construir em conjunto, aprender, partilhar é revolucionário. O Lab Afirmativa vibra afeto, acolhimento e história; vibra para ascender nosso sol, é guia. Agradeço a cada une todo carinho, dedicação. O projeto é lindo, pensado por pessoas incríveis; sinto, ainda que todo processo tenha ocorrido em um contexto de distanciamento físico. Às meninas, com as quais também pude estar conectado, agradeço cada troca. Transformemos nosso presente, o caminho para a bonança está na nossa revolta, ecoe. Já somos o futuro!



Paloma Gonçalves
22 anos \ Estudante
de Comunicação

Pra mim, participar do Lab foi uma experiência muito enriquecedora pessoal e profissionalmente. No âmbito acadêmico não tenho muitos conteúdos relacionados à mídia negra, e a oportunidade de aprender mais sobre temáticas como: direitos humanos, racismo, sexismo e a história da imprensa negra, foi fundamental para fomentar a minha narrativa como jornalista.

#COVIDNAFAVELA: AS REDES DE PROTEÇÃO COLABORATIVA NAS PERIFERIAS DE SALVADOR

Por Gabriel Rodrigues, Luana Gama e Paloma Gonçalves



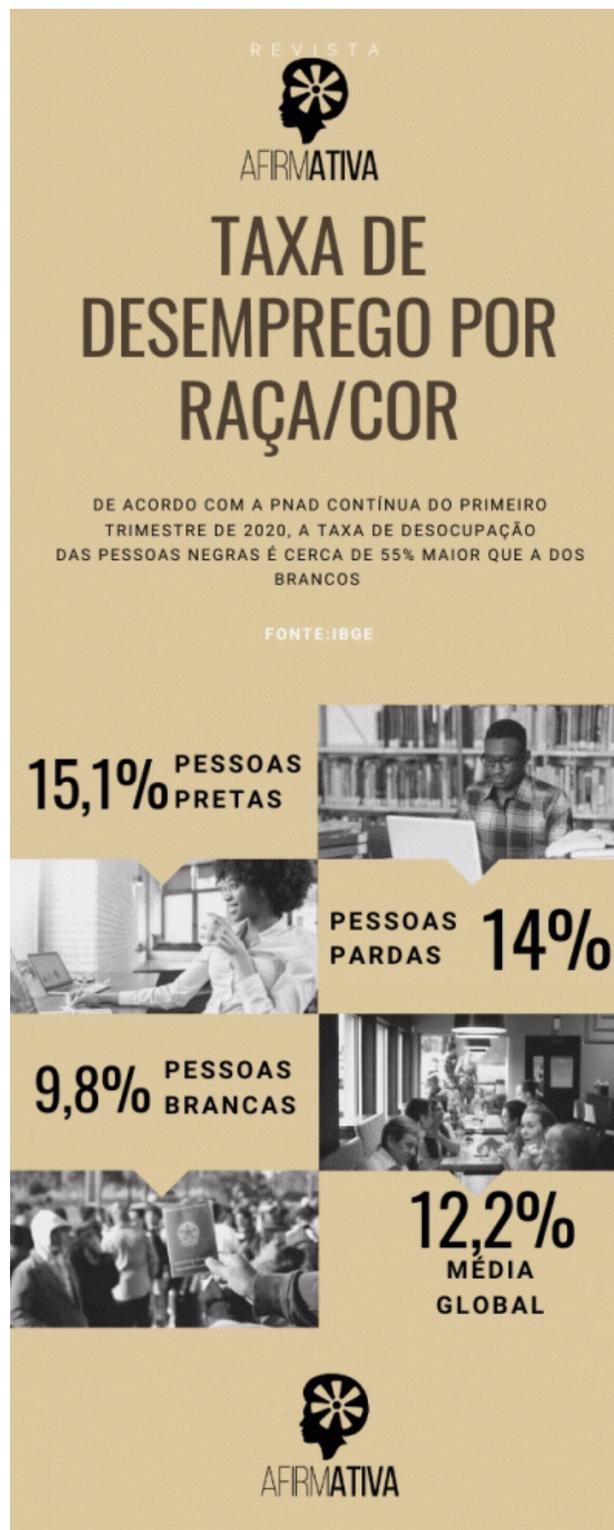
A pandemia do novo coronavírus provocou uma série de debates acerca da relação entre sociedade e Estado. Fez repensar também qual o papel (ou deveria ser) do governo em meio à emergência sanitária, e quais os impactos desse momento crítico na economia, empregabilidade, dentre outros aspectos.

Em Salvador e em todo o país, a população negra é a mais afetada

pela pandemia e pelas incertezas geradas por essa crise mundial. Pedir para as pessoas ficarem em casa, lavar sempre as mãos, usar álcool gel e máscara, é algo longe da realidade de grande parte da população periférica brasileira. Essa parcela não tem acesso a saneamento básico, dinheiro para comprar itens de prevenção e não pode parar de trabalhar, pois precisa garantir o sustento da família.

Até o fechamento desta matéria, de acordo com dados da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), do número total de casos do novo coronavírus em Salvador, 65% foi registrado em pretos e pardos e 19% em brancos e amarelos. A porcentagem de casos em que a raça não foi declarada é de 16%.

As ações do poder público para conter a crise tem se demonstrado ineficientes. O auxílio emergencial, alternativa do governo federal para ajudar os trabalhadores informais e desempregados, não contemplou grande parte dos



brasileiros que tiveram o benefício negado, apesar de muitos deles cumprirem com os requisitos exigidos.

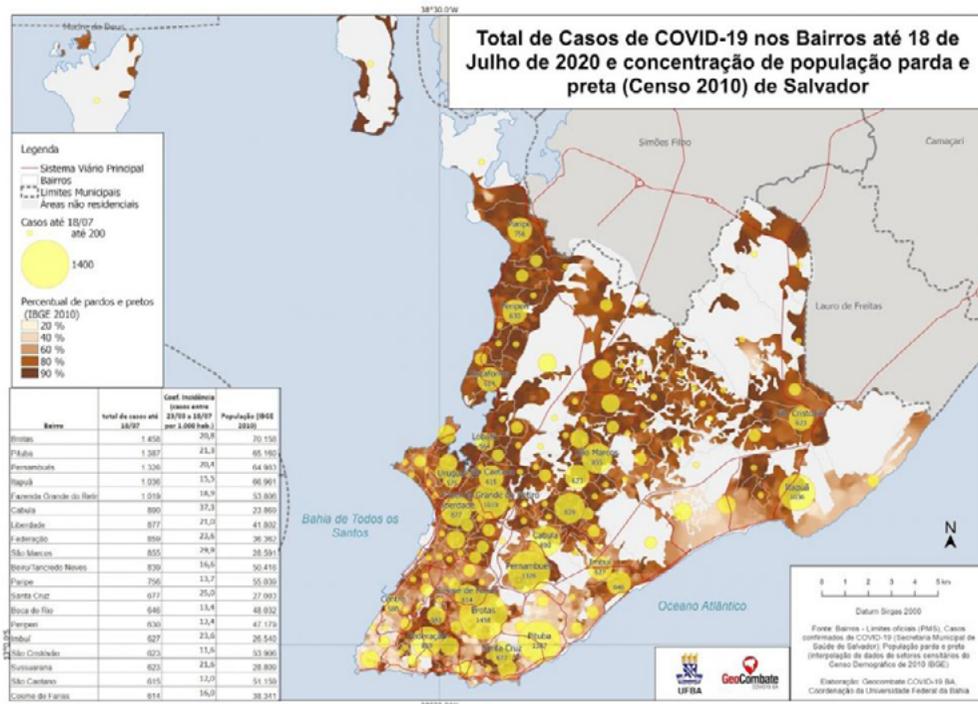
De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Mensal (PNAD Contínua), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no trimestre encerrado em maio, as medidas de contenção da Covid-19 fecharam cerca de 7,8 milhões de postos de trabalho.

Diante da insuficiência de políticas públicas e do agravamento das desigualdades, a própria população passou a realizar uma série de ações, com o propósito de ajudar os grupos mais vulneráveis. Segundo pesquisa do Instituto Locomotiva em parceria com o Data Favela, que entrevistou 3.321 moradores de 239 favelas brasileiras em junho, 85% dos moradores recebeu algum tipo de doação durante a pandemia. Estratégias que partiram muitas vezes das próprias populações afetadas, que se organizaram politicamente para enfrentar e minimizar os impactos da pandemia.

A PERIFERIA DE SALVADOR É A MAIS AFETADA E O PODER PÚBLICO SABIA DISSO

O estudo *GeoCombate Covid-19*, feito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), divulgou uma nota técnica em junho com as 11 localidades de Salvador mais vulneráveis e expostas à pandemia. Todos são bairros periféricos da capital baiana: Cassange, São Cristóvão, Coutos, Fazenda Coutos, Nova Brasília, Valéria, Paripe, São Tomé de Paripe, Periperi, Nova Constituinte e São Marcos. Nesses lugares, a população possui condições menos favoráveis para o enfrentamento a Covid-19. Entretanto, os locais com maiores condições de lidar com o vírus se encontram predominantemente na orla

da cidade, como o Rio Vermelho e Barra.



Para realizar o estudo, os pesquisadores consideraram três fatores: o meio ambiente construído, que diz respeito ao local de moradia e o ambiente ao redor, como saneamento básico, fornecimento de água e superlotação dos domicílios. O segundo é o socioeconômico, que aborda a renda e o nível de desemprego e informalidade em cada região e, por fim, a dimensão da saúde, que busca identificar em quais locais existem mais pessoas com doenças pré-existentes, como diabetes e hipertensão, que causam maior letalidade frente ao novo coronavírus.

“A vulnerabilidade nos fala como essas pessoas estão fortemente expostas a uma ameaça, nesse caso, a disseminação da doença. O coronavírus teve um processo de propagação e distribuição no território que avançou da orla atlântica, dos bairros de maior renda, em direção aos bairros mais populares, menor renda”, explica o co-

ordenador da pesquisa e professor da Escola Politécnica da UFBA, Juan Pedro Delgado.

Segundo professor, essas localidades já eram conhecidas pela vulnerabilidade e, por isso, o poder público deveria ter feito ações de prevenção para diminuir o efeitos da pandemia. “Era previsível que os bairros populares, com menos renda, sentiriam o impacto da disseminação da doença, e era necessário nos prepararmos”, destaca o professor.

Se não houver uma forte presença do poder público nessas 11 localidades, elas sempre ficarão a mercê da vulnerabilidade. Segundo Delgado, “este mapa nos ajuda a compreender que esse cenário não vai mudar de um dia para o outro. Se vierem outras doenças, pandemia, eventos extremos climáticos, essas regiões sempre serão as mais vulneráveis”.

Diante disto, um grupo de moradores de bairros populares da capital baiana criou o Comitê Comunitário Virtual de Monitoramento das Ações de Enfrentamento da Covid-19, para observar os avanços do novo coronavírus na população mais vulnerável. O comitê tem como objetivo mobilizar o protagonismo de lideranças, organizações e movimentos sociais dos bairros, além de identificar, levantar e mapear as demandas e necessidades.

“Temos realizado manifestações, atuando junto com outros parceiros e apoiado a criação de algumas frentes como a que resultou na elaboração do manifesto chamado de ‘direito à água’, com a finalidade de enfrentar a falta do abastecimento de água nos bairros populares”, explica o integrante do comitê, Kilson Melo.



Ação do Comitê Comunitário Virtual de Monitoramento das Ações de Enfrentamento da COVID-19 – Imagem: Reprodução Instagram

O ativista acredita ser importante a rede de solidariedade entre a sociedade civil, porque enquanto não há vacinas e nem remédios para a Covid-19, o isolamento e o distanciamento são as principais medidas de prevenção e controle da doença.

“A MAIORIA DA POPULAÇÃO NEGRA DE SALVADOR VIVE EM CONDIÇÕES DE VIDA PRECÁRIAS, RENDA INSUFICIENTE, BAIXA ESCOLARIDADE, ALTA TAXA DE DESEMPREGO, FALTA DE SANEAMENTO. APESAR DA COVID-19 TER INICIADO NOS BAIRROS RICOS, FOI NOS BAIRROS POPULARES QUE A DOENÇA ENCONTROU A MAIORIA DE SUAS VÍTIMAS E ONDE ESTÁ MATANDO MAIS PESSOAS”

KILSON MELO

Dentre os resultados esperados o ativista destacou a redução das mortes e do adoecimento das pessoas nos bairros populares através da continuidade e aprofundamento das medidas de isolamento e distanciamento social. Destaca também, que com as medidas tomadas até aqui foi possível assegurar o acesso da população mais pobres aos recursos de saúde como transporte, atendimento de saúde com qualidade, internamento hospitalar, acesso aos medicamentos, as UTIs e aos respiradores.



Ao centro Kilson Melo integrante do comitê e presidente da FABS Federação das Associações de Bairros de Salvador – Imagem: Reprodução

FAVELA CONTRA O VÍRUS

A Central Única das Favelas (Cufa), Organização Não Governamental (ONG) fundada há 20 anos, está presente em mais de 500 comunidades brasileiras e atua desde 2010 na Bahia. Em parceria com diversas organizações sociais, o projeto tem feito ações para ajudar pessoas em vulnerabilidade social, acentuadas com a crise do novo coronavírus.

“Nós priorizamos as pessoas que de fato estão necessitando, que inclusive já passavam por situações complexas desde antes da pandemia. Recicladores, ambulantes, vendedores, o pessoal que carrega as compras na frente do mercado. Essas pessoas às vezes só têm esse recurso para levar pras suas casas”, conta Danubia Santos, executiva social da Cufa Bahia e coordenadora da base do projeto no bairro de Sussuarana, em Salvador (BA), onde mora.



Ação de entrega de cestas básicas da Cufa em parceria com a Uber em Sussuarana

O Cufa Contra o Vírus, projeto criado pela organização para o período da pandemia, tem distribuído botijão de gás, máscaras de proteção, itens de higiene pessoal, produtos de limpeza, cestas básicas e brinquedos. Até o momento, 44 localidades de Salvador receberam alguma dessas ações, além de 13 cidades do interior da Bahia. Há previsão para ampliar a atuação para mais bairros da capital e outros municípios baianos.

Danubia conta que na comunidade onde mora, percebe que mui-



Danubia Santos, executiva social da Cufa Bahia – Foto: Lane Silva

tas pessoas estão saindo do isolamento para ir atrás de uma fonte de renda. “Alguns não saem porque querem, mas muitas pessoas, principalmente idosos, saem porque não têm uma outra forma de conseguir recurso”, declara.

Apesar das diversas ações, o número ainda é pouco para a quantidade de pessoas que estão em vulnerabilidade. “A gente não consegue, infelizmente, atingir uma grande parte. Aqui em Sussuarana tem 164 mil habitantes e o que a gente recebe de doação não chega nem a 5% da população que temos aqui na favela”, disse.

A executiva social da Cufa diz que busca conscientizar os moradores do bairro para manterem o isolamento social sempre que possível. “Somos nós, moradores de favela, em sua maioria negros, que vão morrer nas filas dos hospitais, sem a oportunidade de ir para uma UTI. Somos nós que estamos morrendo diariamente, não só com a Covid-19. O vírus veio para potencializar essas realidades”, alerta.

A crise acertou em cheio um público que sempre foi vulnerável: mulheres chefes de família, que criam os filhos sozinhas. Para apoiar mães solo moradoras de favelas de 17 estados e do Distrito Federal, a Cufa criou também o programa Mães da Favela, com a destinação de um auxílio no valor de R\$ 120 por meio do aplicativo PicPay, durante dois meses, além de cestas básicas. As mães que não possuem celular, recebem a quantia em um vale-alimentação, que pode ser usado nos mercados das próprias comunidades.

Criar uma ação específica para essas mulheres, não foi por acaso. Uma pesquisa feita pelo Data Favela e o Instituto Locomotiva, das 1.797 mães que receberam a doação, a maioria disse que não teria condições de comprar alimentos, caso não recebesse a ajuda financeira.

Em Salvador, uma das beneficiadas é Carol Xavier, mãe solo de uma menina de 10 meses e que mora junto com os pais também no bairro de Sussuarana. Como ela trabalha dando aulas de dança afro, perdeu a renda logo no início do isolamento social. “Se eu não tivesse recebido o auxílio financeiro, eu teria algumas dívidas atrasadas”, conta a jovem de 22 anos. Carol recebeu também cestas básicas, produtos de higiene pessoal, itens de limpeza e brinquedos para filha.

“Eu trabalho com a cultura, fui uma das primeiras prejudicadas quando aconteceu o isolamento. O retorno financeiro que eu tinha, era do meu trabalho cultural, não tenho carteira assinada. A Cufa tem sido um grande apoio”, ressalta Carol.

Só na Bahia, foram distribuídos, até o momento. 2.600 auxílios e

33.700 cestas básicas. Em todo o país, o total de famílias atendidas passa das 900 mil, em 5 mil favelas brasileiras.

AUXÍLIO À POPULAÇÃO LGBTQIA+

O isolamento social decorrente da pandemia, trouxe grande vulnerabilidade também para a comunidade LGBTQIA+. Além da lgbtfobia e violências enfrentadas diariamente por eles(as), o momento trouxe altos índices de desemprego e depressão para essa comunidade, especialmente entre aqueles que não possuem um bom convívio com a família, o que se agrava durante o isolamento.

A dificuldade de inserção da comunidade LGBT no mercado de trabalho agravou-se ainda mais com a pandemia. No Brasil, cerca de 90% das pessoas transexuais e travestis têm à prostituição como sua única fonte de renda. Levando em consideração essas questões, algumas organizações, grupos e coletivos tiveram a iniciativa de auxiliar a população LGBTQIA+ de alguma forma.

Segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), cerca de 1,9% da população brasileira é composta por pessoas trans. Ainda de acordo com a associação, o Brasil ocupa o 1º lugar no ranking de mortes de pessoas travestis e transexuais, e a expectativa de vida de uma pessoa trans no país é de 35 anos. Com a pandemia questões sociais que já atingiam as pessoas trans antes da crise sanitária foram aprofundadas.

“O que acontece é que a gente sempre precisou se aquilombar. Desde muito tempo pessoas trans ou pessoas pretas precisam se juntar para vencer algumas estruturas, a gente entende que a cisheterossexualidade, a cisgeneridade e o racismo eles são fontes de uma estrutura, então enquanto pessoas pretas e pessoas LGBT no geral



João Hugo cofundador da Casa Aurora -
Imagem: Reprodução Instagram

a gente precisa se juntar”, afirma o cofundador da Casa Aurora, João Hugo.

Fundada em maio de 2019, a Casa Aurora é um centro de cultura e acolhimento voltada para a comunidade LGBTQIA+ de Salvador e região. Além de acolher jovens em situações de risco ou abandono, a casa oferece atividades socioeducativas, serviços jurídicos, acompanhamento terapêutico e assistências psicológica

e psiquiátrica. Conta também com cursos profissionalizantes para capacitar os jovens para o mercado de trabalho

Às pessoas assistidas pela casa são jovens LGBT entre 18 e 29 anos, vítimas da lgbtfobia, que estão no processo de expulsão de casa ou pessoas que estavam em algum emprego formal e após ficarem desempregadas passaram a ficar em vulnerabilidade socioeconômica.

“Percebemos que a pandemia do Coronavírus tirou o véu da violência contra a população LGBT. As pessoas LGBT em sua maioria trabalham no mercado informal e grande parte das travestis trabalham na prostituição, a pandemia veio para desestruturar financeiramente pessoas que talvez nunca tiveram estrutura financeira para se manter em um momento como esse”, ressalta.

O abrigo na instituição acontece em um modelo rotativo e,

para continuar acolhendo os jovens em situação de vulnerabilidade, a coordenação da casa adaptou um quarto para manter em quarentena novas pessoas acolhidas. As(os) novas(os) abrigadas(os) ficam entre 7 a 15 dias em isolamento, para evitar que, se a pessoa estiver infectada o novo coronavírus, contamine outras pessoas.

João Hugo relata que devido a pandemia, as atividades culturais, cursos profissionalizantes e tudo que não pode ser remoto, foi suspenso. No entanto, o centro continua prestando atendimento psicológico virtual para as pessoas que estão abrigadas na casa, além de oferecer o serviço para o público externo. O objetivo é que mais pessoas da comunidade LGBTQIA+ possam fazer o atendimento psicológico.

O funcionamento do centro de abrigo é garantido através da ajuda coletiva de pessoas que acreditam projeto desenvolvido pela casa. Um financiamento coletivo recorrente é uma das fontes de renda. Os apoiadores ajudam doando um valor mensalmente que é destinado para contas fixas, manutenção da casa e alimentação. Além do financiamento a casa também conta com a ajuda de diversas instituições parceiras que sempre fazem ações para ajudar.

Nesse período de pandemia, além de arrecadar alimentos para o abrigo, foram distribuídas cerca de 250 cestas básicas e kits de higiene pessoal e limpeza para a população LGBTQIA+ que entraram em contato com a



Cestas básicas arrecadadas pela casa Aurora - Imagem: Reprodução do Instagram

instituição buscando por suporte.

AÇÕES DE “PROTEÇÃO COLABORATIVA” E O FUTURO PÓS-PANDEMIA

Com o crescente índice de desemprego e a baixa produção em alguns setores, iniciativas como a da marca Dendezeiro, que atua no mercado da moda, desempenham um papel importante na luta contra os impactos do novo coronavírus. Desde o início da pandemia a marca promoveu o projeto de “Proteção Colaborativa” para pessoas afetadas pela crise. A campanha, realizada em parceria com a Benfeitoria, uma das maiores plataformas de mobilização de recursos



Cofundadores da DENDEZEIRO, Pedro Batalha e Hisan Silva, (da esquerda para direita) afirmam seu posicionamento diante dos impactos da pandemia

para projetos de impacto socio-cultural, ambiental e econômico, foi resultado do edital “Enfrente”.

Para Pedro Batalha, co-fundador da Dendezeiro junto com Hisan Silva, diante de um cenário de instabilidade, eles viram a necessidade de construir uma rede colaborativa onde pudessem envolver as pessoas. Com o apoio da Benfeitoria, os empreendedores negros viram uma oportunidade de potencializar a distribuição de máscaras de forma gratuita.

“Conseguimos distribuir mais de 2 mil máscaras, e a ideia inicial partiu disso, da gente ver uma forma de fazer a nossa parte nesse momento. Nessa rede, onde a gente junto com o público faz a doação, a Benfeitoria ajuda com o processo de triplicação do dinheiro

que foi doado; a gente compra, paga essas costureiras e elas fazem as máscaras e a gente distribui” esclarece empresário. Além disso, Pedro afirma que o apoio das pessoas que fizeram a doação, ou contribuíram de outras formas, foi muito importante para que o projeto alcançasse seu objetivo. Na capital, as entregas foram realizadas nos bairros de Brotas, Cajazeiras, Boca da Mata e Areia Branca.

O projeto, que ultrapassou a meta inicial de arrecadação estipulado para 30 mil reais, teve todo seu processo de divulgação através do perfil da Dendzeiro no Instagram. Entre os 33 benfeitores que apoiaram a proposta, está a própria marca, que direcionou o apoio financeiro obtido em processo seletivo da Vale do Dendê. Pedro Batalha explica que a decisão de aplicar valor na plataforma da Benfeitoria partiu da avaliação dos empresários em direcionar seus recursos a um projeto que conseguisse ser aplicável neste momento e que, também, pudesse ajudar as pessoas de forma efetiva durante a pandemia.



O projeto Proteção Colaborativa incide nas populações mais vulneráveis, presentes majoritariamente nas favelas – Imagem: Reprodução

O empresário avalia ainda que o contexto tem sido importante para que as marcas repensem sua atuação no mercado e comecem a trabalhar as questões sociais dentro das suas empresas. “Nosso pensamento é que cada vez mais que vamos nos fortalecendo, nos posicionando, sendo reconhecidos, sendo daqui do nordeste, feito por pessoas pretas, LGBT’s, e candomblecistas, mais vamos abrindo espaços para poder transformar ações que são necessariamente midiáticas, em ações que vão para o plano real”, afirma Pedro. No percurso, o projeto “Proteção Colaborativa” pôde contar com outras parcerias, como: a Nossa Soma Multiplica (@nossasomamultiplica); o coletivo AfroSaúde; a Iyá Omi Cosmética Natural (@iyao-micosmeticanatural); o serviço de entregas TrazFavela Delivery (@trazfavela); e a Brigada Solidária Salvador (@brigadassa).



O projeto “Proteção Colaborativa” contou com outras marcas baianas, possibilitando que as ações chegassem no sertão nordestino

Para o futuro pós-pandemia, Pedro diz esperar um cenário mais humanizado, não só na Dendezeiro, mas de todas as marcas. “Não romantizando jamais esse momento que estamos vivendo, mas [a pandemia e o isolamento social] tem sido também um momento de reflexão para muitas pessoas que estão em processo de isolamento, refletido sobre as coisas; sua empresa, sobre seu trabalho, sobre seu modo de viver. Em um processo maior de humani-

zação do mundo da moda, de humanizar as pessoas, do que a gente ir para um caminho mercadológico que estávamos andando antes disso” conclui Batalha.

VEJA COMO COLABORAR COM AS CAMPANHAS

Central Única das Favelas Bahia (Cufa – Bahia)

Doação de cestas básicas e brinquedos para famílias vulneráveis na Bahia

www.maesdafavela.com.br

www.cufabahia.com.br

Instagram: @cufabahia

Casa Aurora

Oferece atendimento à população LGBTQIA+ de Salvador

Como doar: <https://evoe.cc/casaaurora>

Instagram: @aurora_casalgbt

#MIDIANEGRA

JORNALISMO DE ESCREVIVÊNCIAS



Kizzy Lumumba
23 anos \ Estudante
de Comunicação

Inenarrável. Assim descrevo a minha experiência no Laboratório de Jornalismo da Revista Afirmativa. O conhecimento que as meninas me proporcionaram foi enriquecedor pra mim, como pessoa, como mulher negra e como profissional. Os temas das oficinas foram pontos-chave no desenvolvimento da nossa matéria e todo o conteúdo me fez entender a importância política da Afirmativa e me ajudou a construir um olhar crítico até mesmo na hora de abordar a arte - pauta de minha reportagem. Sou muito grata pela troca de conhecimento e principalmente afeto!



Lorena Sampaio

Participar do Lab Afirmativa foi Maravilhoso! Experiência única e acolhedora na qual tive a oportunidade de produzir uma reportagem sobre como os artistas negros estavam sobrevivendo na pandemia... E nossa! Foi maravilhoso! A troca de informações, histórias, sorrisos e olhares (mesmo estando distante fisicamente dos nossos entrevistados) foi simplesmente maravilhosa! Sem contar na troca de informações nas oficinas da Lab Afirmativa. Elas me fizeram expandir ainda mais meus horizontes.

ARTE NEGRA: “ENTRE A VERDADE DO UNIVERSO E A PRESTAÇÃO QUE VAI VENCER”

Dificuldades, estratégias, posições políticas e necessidades de jovens artistas negres

Por Kizzy Lumumba, Lorena Sampaio e Luiza Nascimento



O cancelamento de peças teatrais, shows e outros eventos culturais em decorrência da pandemia da covid-19, trouxe não só um novo modelo de consumo da arte, como também escancarou o descaso do Estado, empresas e fundos de fomento com artistas negros e periféricos. Enquanto alguns cantores cobram altas quantias para

divulgar marcas em suas lives, outros se preocupam e usam a arte para conscientizar as pessoas e combater violências raciais, machistas, lgbtfóbicas e de qualquer cunho discriminatório.

A desvalorização da arte enquanto profissão se intensificou mais com a crise sanitária e o isolamento social. Se de um lado há artistas sendo patrocinados por grandes empresas para continuar divulgando seu trabalho, por outro temos artistas que contam com doações através de vaquinhas online, auxílios ou até precisam ir às ruas – como os poetas que recitam nos ônibus e locais públicos de Salvador – para conseguir a grana do dia a dia, o que evidencia que ‘ficar em casa’, infelizmente, não é opção para todos.

Em lives do ramo sertanejo, a maioria dos artistas não só desrespeitaram as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) ao reunir amigos, familiares e grandes equipes técnicas em suas casas, como também exageraram no consumo de bebidas alcoólicas, sem qualquer recomendação sobre os riscos do uso abusivo de álcool. Em contrapartida, cantoras como Bia Ferreira, poetas como França Mahin e outros artistas negros lutam para continuar divulgando sua arte na quarentena, sem patrocínio ou espaço que as grandes marcas oferecem.

ARTE COMO POLÍTICA

Ficar em casa tornou-se parte da rotina de 57% da população brasileira em abril deste ano, segundo o Índice de Isolamento Social feito pela empresa In Loco. Neste período, para muitas pessoas a arte se tornou uma válvula de escape para suportar os dias de confinamento e abrir nossos olhos para questões que não são abordadas profundamente pela grande mídia. É o que faz a cantora e compositora Bia Ferreira, trazendo em suas canções letras que abordam o racismo.

Para a cantora, a sensação de trabalho cumprido aparece quando sua música transforma opiniões, como ocorreu com uma moça branca que era contra as políticas afirmativas de combate ao racismo, mas percebeu o equívoco ao ouvir uma de suas músicas. Ou quando crianças negras a conhecem e se identificam, como aconteceu com a pequena Manu (de 5 anos) que aprendeu a tocar todas as músicas de Bia. “Sinto que tenho o compromisso de usar minha arte como ferramenta de informação para as pessoas, de pautar minha arte na luta antirracista e como tecnologia para emancipação de mentes e sobrevivência de corpos”, comenta a artista.

Dessa forma, a musicista usa sua arte como ferramenta de disputa contra discursos racistas e sexistas, contribuindo com um processo de quebra da cultura de “pão e circo” – metáfora que costuma para denunciar atitudes de governantes que pretendem distrair a população dos problemas sociais com “espetáculos” musicais. “Quando uma pessoa dá play no som da Bia, essa pessoa tá silenciando um discurso machista. E toda vez que essa pessoa ouve esse discurso machista, ela silencia o que eu estou falando, o que a Doralyce está falando, o que a Preta Rara está falando. Por que é uma guerra de narrativas”.

Desde sempre seu objetivo têm sido alcançar o número máximo de pessoas e deixar um legado através da oralidade, o que ela chama de “tecnologia diaspórica”. Bia se define como *ARTivista*, movimento crescente de artistas que usam a arte como instrumento de ativismo, e defende que a emancipação do povo preto passa também pela economia. “*Dassalu*, como chama esse conjunto de tecnologias, significa tornar prioridade o consumo do trabalho de pessoas negras, para que o dinheiro circule entre a população, fortalecendo

ainda mais a nossa renda. Por isso, fomentar o trabalho de artistas negros merece atenção maior de quem o consome, visto que as empresas tradicionais não têm interesse em se comprometer com esse discurso”, relata Bia Ferreira.



A artista lançou em 2019 Igreja Lesbiteriana, seu primeiro álbum – Foto: Reprodução

ARTISTA TAMBÉM PAGA BOLETO

Utilizar a arte como ferramenta de debate sobre problemas sociais é também o trabalho de poetas de ônibus como os jovens soteropolitanos Vanessa Coelho e França Mahin. Eles usam as rimas como ferramenta de denúncia sobre questões que afetam diariamente a população negra. “Eu não posso falar de arte sem partir do pressuposto que arte para mim é política, ela tem uma identidade racial e vem com intuito justamente de pautar debates e problemáticas sociais e de denunciar questões que são invisibilizadas socialmente”, afirma a poeta Vanessa Coelho.

Mas em tempos de Covid-19, ir às ruas é se expor ao perigo, principalmente para os artistas independentes que têm o transporte coletivo como palco. Por isso, muitos tiveram que se reinventar para con-



Vanessa Coelho, recita poesias nos ônibus da capital baiana – Imagem: @lispedreirafoto @dialogosinsubmissos

seguir fazer com que a resistência, presente em suas poesias, continuasse alcançando o público.

A ameaça do coronavírus fez com que muitos poetas de ônibus parassem de recitar nos coletivos. No entanto, o ficar em casa nem sempre é uma opção para todos como foi o caso do poeta França Mahin, que pegou covid no exercício do seu trabalho e precisou ir para o abrigo público para se cuidar. Quando ainda estava transi-

tando nas ruas, França encontrou um amigo, que também é poeta, e estava recitando nos ônibus. Apesar de estar abalado com a situação e ciente do risco que seu amigo corria por estar nas ruas e nos coletivos ele não se sentiu no direito de mandá-lo ir para casa. “Como é que eu vou dizer *man[sic]*, volte pra casa que o auxílio emergencial vai salvar sua vida? A ideia da galera é que o auxílio emergencial é o salvador da pátria, que 600,00 dá pra salvar o mundo”.

Sabemos que o auxílio, exclusivamente, é insuficiente para suprir as necessidades básicas da maioria das pessoas. É assim também com os artistas independentes que não podem contar com a assistência do atual Ministério da Cultura. No dia 29 de junho de 2020 foi sancionada a lei Aldir Blanc, que garante o repasse de recursos para os setores culturais dos municípios, com o objetivo de auxiliar os artistas locais. Apesar do auxílio do governo, artistas ainda lutam para resistir a esse período. O coletivo Zeferinas, do qual Vanessa é

integrante, propôs a campanha *Troca poética: Arte é profissão*, com o objetivo de arrecadar capital para um fundo emergencial de auxílio aos artistas de baixa renda de Salvador e região metropolitana.



O "poeta de buzão" França Mahin contraiu Covid-19 no exercício do seu trabalho – Imagem: Diney Araújo

Foram iniciativas como essa que ajudaram França no início da pandemia, quando ele recorreu a uma geladeira comunitária para ele e outros artistas e assim conseguir se alimentar. Hoje, após recuperar uma parte da sua renda, o poeta fala sobre a importância de colaborar: “No momento que eu não tive, eu tive que tirar de algum lugar. No momento que eu comecei a ter, foi o momento que eu comecei a botar”.

POR TRÁS DOS PALCOS

Assim como os artistas independentes, os trabalhadores responsáveis por auxiliar artistas e fazer funcionar o setor cultural também estão sendo afetados pela pandemia. Como é o caso do *roadie* Sopa Santana, que ao perder uma série de trabalhos sofreu uma dimi-

nuição extrema em sua renda, e precisou voltar para a casa de sua mãe. Quando a situação se complicou, Sopa contou com a ajuda do projeto *Backstage Invisível Salvador*, que fornece cesta básica para minimizar o impacto financeiro de técnicos, produtores e os demais profissionais da parte de organização, execução e técnica de shows e eventos locais.

Mas apesar da dificuldade, Sopa relata que trabalhou duro durante anos para alcançar o seu espaço no mercado: “Eu acredito que esse ano a gente vai ter que viver com o auxílio emergencial, sem trabalho, sem nada. Meu pensamento hoje é que a vacina venha pra pelo menos amenizar essas mortes, eu nem penso mais no trabalho. Trabalho a gente corre atrás e faz acontecer. Fiquei sete anos da minha vida *ralando* tanto, passei por tantas dificuldades. Por que não esperar?”, relata Sopa Santana.



Sopa Santana é *roadie* e sofreu uma diminuição extrema em sua renda – Imagem: Heder Novaes

O grande mercado das lives não abarcam as equipes de produção que os acompanhavam na velha rotina dos shows, pois normalmente a equipe de produção é definida pelo próprio patrocinador. E no “novo normal” as desigualdades da indústria cultural seguem piores que antes. Os profissionais da produção (como os artistas) negros e periféricos não são assistidos nem pelos patrocinadores, nem pelos órgãos públicos de incentivo à cultura.

A ilustradora e grafiteira Annie Ganzala sente-se prejudicada, sobretudo por ser microempreendedora, e os profissionais da arte não serem sequer mencionados em nenhuma categoria do Microempreendedor Individual (MEI), o que reflete diretamente na invisibilidade do seu trabalho. Porém, seu questionamento vai além e ela faz uma leitura sobre o cenário em que está incluída. “Eu não conheço nenhuma pessoa preta periférica que é artista porque quis sempre, que desde criança foi preparado pra isso”. Annie, que estava acostumada a ir para as ruas exercer a sua arte, hoje tem ainda que aliar a produção em casa ao seu papel de mãe. “Como mãe e artista tenho que dar conta de uma criança em casa, com as demandas dela, com alimentação, com limpeza. Afeta profundamente a nossa força, a nossa energia vital e interfere também no processo criativo, interfere também nas contas, nos boletos, pois estamos consumindo mais”, afirma Annie Ganzala.

E O PROCESSO CRIATIVO?

Manter a criatividade e produção quando se passa 24 horas em casa pode ser complicado. Para produzir, as pessoas precisam de inspirações, de elementos do dia a dia para ajudá-las no desenvolvimento, principalmente para quem tem um público que procura na arte sinais de amor e afeto. As ilustrações feitas por Annie são voltadas, sobretudo, para mulheres negras e ela afirma estar enfrentando dificuldades



A ilustradora Annie Ganzala relata as dificuldades de se encontrar inspiração nestes tempos de isolamento social - Imagem: Reprodução

na criação: “É bem difícil pra mim que faço muito trabalho voltado para o afeto, sobre a felicidade de mulheres negras. É muito difícil gerar algo que a gente não está alimentando. Como é que eu posso oferecer acalanto, afeto, se é uma coisa tão escassa? Como é que a gente vai falar de afeto, se estamos vivendo a solidão?”, reflete Annie Ganzala.

Em meio às dificuldades, quem depende exclusivamente da arte para se manter está precisando se reinventar para conquistar o estímulo de produzir e voltar a conversar com o público. O produtor Ziati Franco está sabendo lidar bem com a situação e estar sozinho nesta quarentena despertou ainda mais seu lado produtivo. Durante esses meses, ele criou uma página no instagram chamada “Quarentena Trans”, um diário no qual escreve sobre seus sentimentos acerca de sua transição, já que em abril deste ano ele se reconheceu como homem trans. Na música, Ziati criou recentemente o projeto *Show Black Composer*. “Convidei algumas meninas daqui de Salvador para criarem um texto de até 300 caracteres, com títulos de



Ziati Franco criou em meio a quarentena o projeto Quarentena Trans em seu Instagram -
Imagem: Arquivo Pessoal



O rapper baiano Hiran lançou seu álbum Galinheiro durante a pandemia – Imagem: Fernando Young

suas composições e foi incrível. Muitas delas não se conheciam entre si, então gerou essa panela de barro com as compositoras”, afirma Ziati.

Com um álbum lançado na quarentena, o rapper baiano Hiran também arranhou uma solução para colher bons frutos durante esse processo. “Quando eu tava produzindo eu tinha expectativas e planos e eu me esforcei muito pra fazer esse disco. Quando a

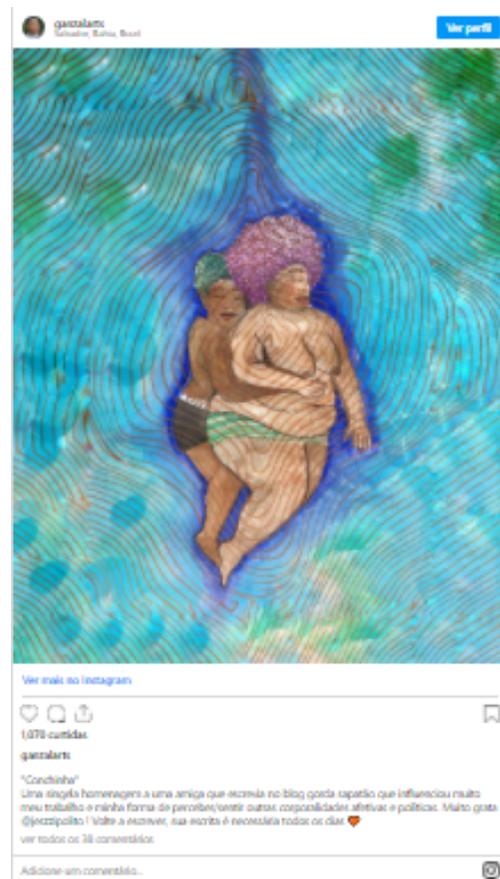
pandemia começou, eu tive que mudar tudo. Mas eu tô bastante tranquilo, tô muito satisfeito com a obra”. E não é pra menos. Inspirado no amor e em suas experiências pessoais, seu álbum Galinheiro conta com a participação de artistas como Majur e Tom Veloso, com direito a música na lista *As 50 virais do Brasil*, no Spotify.

LIKES E VAKINHA – QUEM CURTE E PODE, DEVE CONTRIBUIR

Não é novidade para a maioria dos artistas o uso das redes sociais como forma de gerar visibilidade para seus conteúdos, mas neste período, estas plataformas se tornaram ainda mais fundamentais. E se de um lado há pessoas que já se sentem familiarizadas, há outras que precisaram se adaptar rapidamente a essa nova realidade, para não serem deixadas para trás. “O uso das redes sociais é mais do que uma escolha, cada dia mais tá sendo uma exigência do mercado. São mudanças muito grandes e em muito pouco tempo, então pra mim mais um problema nessa pandemia tem sido a demanda

de que eu só vou realmente poder viver de arte se eu fizer as pazes com as mídias”, desabafa Annie Ganzala.

No entanto, mesmo se reinventando e procurando atender as demandas das redes sociais, o público é o principal mecanismo de propagação e contribuição da arte. Ou seja, para que o artista alcance mais pessoas, é fundamental a contribuição de quem gosta do seu trabalho. Esse é o exemplo do “chapéu virtual” adotado por Bia Ferreira em seu Instagram, para receber apoio do público enquanto não pode realizar shows. “Essa foi a única forma que encontrei de ser monetizada, ressarcida pelo trabalho que faço”. O público percebeu a necessidade de investir na sua arte que, infelizmente, não está nos radares de grandes empresas patrocinadoras das lives.



Bia Ferreira sempre chama atenção do seu público para que eles se atentem sobre a realidade dos artistas que admiram. “Eu não quero contribuir na construção desse imaginário de artista intocável, que é muito feliz e não tem problemas”, conta ela.

O engajamento nas redes sociais dos artistas negros, sobretudo dos que ainda não possuem tanta visibilidade, tornou-se mais importante agora com a quarentena e o isolamento social. “Curtir, com-

partilhar, comentar, fazer a parada ser vista para que exista interesse de investimentos em cima daquilo. Quem tem voz tem que fazer as pessoas entenderem que dar a mão é uma parada necessária”, afirma o rapper Hiran.

O que para alguns pode não fazer diferença, para um artista pode ser fundamental. “Tem uma colega do lado que faz desenho? Não vai cair a mão se apertar no compartilhar e botar no status”, reforça França Mahin. Essas atitudes refletem não só no lado financeiro, mas dão força para a continuidade do trabalho, como no caso de Annie, que tem fortalecido o reconhecimento do seu público alvo. “Quando a gente encontra pessoas que se identificam com o que estamos fazendo é a resposta de que tá dando certo, de que o que a gente faz toca, chega em algum lugar e tem eco. É muito mais do que dinheiro, é ter retorno e respeito enquanto artista. Nesta quarentena o que mais me tocou foi ver mulheres pretas comprando meu trabalho. Muitas falaram assim: ‘espera que o benefício vai cair e eu vou poder comprar uma impressão sua’. Ouvir isso foi muito importante pra mim”, declara Annie Ganzala.

#MIDIANEGRA

JORNALISMO DE ESCREVIVÊNCIAS



Patrícia Rosa
31 anos \ Jornalista

Fazer parte do Lab foi um rico aprendizado a respeito da mídia negra brasileira. Um projeto que driblou o momento de pandemia e ofereceu um processo de formação sobre as vivências da população negra neste período, mas que não são novos e nem termina com a pandemia. Toda experiência foi muito completa e cuidadosa, desde o conteúdo teórico oferecido pelas ativistas e profissionais da comunicação, à parte prática, com a produção das reportagens, que contou com o acompanhamento preciso dos editores.



Francileide Araújo
22 anos \ Estudante de
Gênero e Diversidade

Eu sempre enxerguei a comunicação como essencial para a mudança social, e que a comunicação tinha que atuar junto com a educação. Mas enquanto uma mulher negra e lésbica, não me via dentro dos meios de comunicação, não sentia segurança nem de me imaginar lá. Com o Lab tive a oportunidade de aprender com mulheres negras incríveis e que mandam muito bem em tudo que fazem, que são comprometidas com os direitos humanos, com as pautas antirracistas e feministas. Foi muito importante para meu desenvolvimento pessoal e profissional dividir esse espaço com elas e eles e no final produzir um conteúdo que eu acredito, que eu me enxergo, que chega as bases e faz a diferença.

PANDEMIA EVIDENCIA DESIGUALDADES E DEIXA SONHOS DOS ESTUDANTES BRASILEIROS MAIS DISTANTES

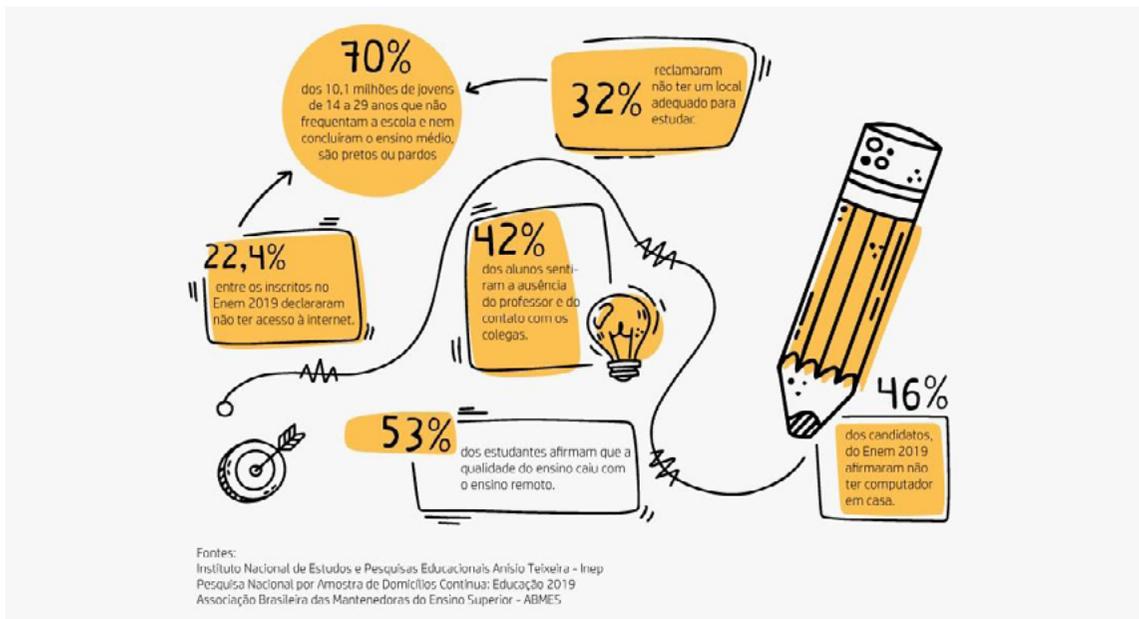
Por Brenda Gomes, Francileide Araujo e Patrícia Rosa



Diante da crise sanitária da pandemia do novo coronavírus, a população mundial precisou criar novos hábitos para executarem suas atividades. Uma dessas mudanças foi no campo da educação, onde mais 1,5 bilhão de estudantes foram afetados pelo fechamento de escolas e universidades, de acordo com relatório da Organização das Nações Unidas (ONU). No Brasil, com as aulas presenciais sus-

pensas para combater a proliferação da covid-19, o ensino remoto se tornou uma alternativa, porém distante da maioria dos estudantes. Ainda assim, a portaria nº 343 (alterada pela Portaria nº 345) do Ministério da Educação, autoriza a substituição das aulas presenciais por virtuais enquanto durar a situação de pandemia.

Diante deste contexto o acesso à educação ficou ainda mais limitado e desigual. A suposta atual era digital do ensino no país é conflitante quando considerados os números de acesso a internet e aos meios de acesso. Cerca de 39% dos estudantes de escolas públicas urbanas não têm computador ou tablet em casa, segundo a pesquisa TIC Educação-2019. A pesquisa indica que apenas metade das casas da classe D e E têm acesso à internet. De acordo com a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) Educação 2019, cerca de 70%, dos 10,1 milhões de jovens de 14 a 29 anos que não frequentam a escola e nem concluíram o ensino médio, são pretos ou pardos.



QUANDO O EAD NÃO É UMA OPÇÃO

Além da dificuldade com o formato de ensino emergencial, muitos

estudantes universitários de instituições privadas foram afetados com as dificuldades para manter o pagamento das mensalidades. A soteropolitana, Priscila Ducarmo, é moradora da cidade de Paranoá (DF), trabalha como vendedora ambulante e cursa o terceiro semestre do bacharelado em Direito na Rede de Ensino JK. A estudante carrega o sonho de se tornar juíza e nesse momento de pandemia tem tido problemas para trabalhar e seguir com os estudos. “Tenho enfrentado dificuldades, basicamente financeiras, que mexeram muito com meus estudos, não tenho internet, que me impossibilita seguir com o curso”. Priscila tem contado com ajuda de amigos para continuar a graduação e conseguir acompanhar as aulas à distância. “Se eu não tivesse alguém para me ajudar eu não sei se concluiria esse semestre” declara a estudante.

Além das questões financeiras outros entraves fazem parte da vida dos estudantes, dentre eles a ausência de um local adequado para estudar. De acordo com a quarta etapa da pesquisa da Associação Brasileira das Mantenedoras do Ensino Superior (ABMES), 53% dos estudantes afirmaram que a qualidade caiu com o ensino remoto e 32% reclamaram não ter um local adequado para estudar. Dificuldade enfrentada por Bruna Reis, estudante do 7º semestre do curso de Relações Públicas da Universidade Faculdade Salvador. “As dificuldades que eu tive foram em relação a concentração nas aulas online, como eu estou no ambiente da minha casa, eu tenho outras tarefas domésticas para fazer, por mais que eu monte uma rotina, estar em casa vendo as coisas acontecerem me tira do foco da aula”.

Nas universidades da rede pública outra série de problemas vieram junto ao contexto de pandemia. Joseane Souza, que é natural de

Salvador, cursa licenciatura em Física na Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc), em Ilhéus, Sul da Bahia. A jovem se vê em meio a incerteza do retorno às aulas, e de como funcionaria a retomada das atividades. “Há algumas semanas, a universidade propôs que nós retornássemos às atividades, mas de forma remota. Eles apresentaram a proposta, porém nós ainda não temos uma posição de como será”. A possibilidade do retorno de forma virtual inquieta a aluna, que não tem equipamento adequado para acompanhar o conteúdo. “A forma remota é algo que me preocupa, atualmente eu tenho acesso limitado tanto a rede, quanto aos equipamentos de acesso. A UESC está fechada e não tenho como assistir aulas remotas por enquanto. Não sei se nesse formato de aula dará para assistir pelo celular”

Com a suspensão das aulas, Joseane teve a manutenção das bolsas de estudo comprometida e, por isso sua permanência na cidade e consequente manutenção dos estudos é incerta. “Com a suspensão da bolsa, eu realmente não sei como vai ser, tenho procurado emprego, mas não estão contratando. Se eu não conseguir uma forma vou ter que ir embora, por que, não vou ter como pagar aluguel, não tenho como ficar aqui”, desabafa a estudante, que tem o sonho de ser pesquisadora e professora.

UM FUTURO CADA VEZ MAIS DISTANTE

Quando o assunto é o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) os olhos dos estudantes do Quilombo Educacional Vilma Reis, em Salvador, se enchem de encanto. Afinal o exame é a porta de entrada para as principais universidades do país. A proposta da instituição é fornecer aulas com conteúdo programático do exame para os alunos de forma voluntária, sem deixar de lado a abordagem de

temáticas que pautam as vivências da comunidade negra.

Em 2020, as aulas até iniciaram presencialmente, mas com a pandemia foi preciso adotar um novo formato. Professores e alunos precisaram se adaptar, para que o sonho de mais jovens negros(as) nas universidades públicas pudesse ser alcançado.

Durante a transição para o digital, houve uma grande queda da participação dos alunos nas aulas. Para o professor de história, Paulo Almeida, diferentes fatores influenciaram essa evasão. Durante uma avaliação com a presença da psicóloga que acompanha o projeto os alunos citaram dificuldades de relacionamento com os familiares, a falta de lugar adequado para estudar, a qualidade da internet, depressão, dentre outros pontos. Para o historiador, neste momento a instituição precisa resgatar a sua função enquanto quilombo. “Costumamos dizer que não somos quilombo educacional só pelo nome, mas precisamos ser quilombo e acolher os nossos. A gente compreende que esse espaço é onde a gente se reúne, se articula, se acolhe, e que cria as estratégias para poder superar os desafios”

Neste ano, segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), cerca de 5,8 milhões de pessoas se inscreveram para fazer o exame. No entanto, não se sabe exatamente quantos destes realizarão a prova, por diversos motivos, dentre eles o curto espaço de tempo para estudar. A nova data foi definida após uma enquete realizada pelo INEP com os participantes, onde foram propostas três novas datas. Porém, mesmo com a proposta mais votada sendo o mês de maio de 2021, a instituição optou pela realização do exame em janeiro. “Não há uma preocupação com a escola pública, ou com os mais pobres, que serão pre-

judicados nesse processo. Inclusive, porque eles lançam uma estratégia dita como democrática, mas colocam o que eles querem”, protesta Paulo.

Mesmo em um cenário de incertezas, Iago Bispo, 19 anos, morador do bairro de São Caetano, na capital baiana, alimenta o sonho de entrar na faculdade de comunicação ou administração. Além de ser aluno do Quilombo Vilma Reis, Iago também é estudante do ensino médio do Centro Estadual de Educação Profissional em Logística e Transporte Luiz Pinto de Carvalho. Neste momento de pandemia a escola não teve condições de dar assistência aos alunos para que conseguissem manter os estudos e a desmotivação tomou conta dos estudantes. “Os alunos de escola particular ainda estão tendo aula virtual, já os alunos de escolas públicas estão a “migué” [sic], os professores sumiram, mas também eles não têm uma plataforma para trabalhar. Já estávamos em desvantagem antes, agora só piorou.”



Com a ausência das aulas presenciais, Iago tem tentando manter a rotina de estudos com as aulas à distância – Imagem: Arquivo pessoal

Tentando retornar a uma rotina de estudos nos últimos meses o aluno questiona a nova data estabelecida pelo INEP. “Essa data me preocupa bastante e acredito que todo mundo esteja assim. Está próximo demais. A gente não imaginava que seria tão perto por conta da pandemia. Primeiro por conta das escolas, muitos alunos não estão estudando, não têm a oportunidade do cursinho como seu estou tendo. Pegaram nossa opinião e jogaram no lixo.”

O Projeto Universidade Para Todos (UPT), é um programa do Governo Estadual da Bahia e tem 16 anos de trajetória. Diferentemente do Quilombo Vilma Reis, o cursinho não chegou a iniciar presencialmente o ano letivo de aulas em 2020. A instituição criou como alternativa a plataforma digital “UPT/UNEB – Estude em Casa” (Durante o isolamento social), uma alternativa de aprendizado com conteúdos programáticos de preparação para a prova. Infelizmente, a proposta só alcança parte dos estudantes, visto a necessidade de acesso a internet. De acordo com Simone Ferreira, Coordenadora geral do projeto, a modalidade não será adotada como forma exclusiva de ensino: “Essa plataforma será instrumento de auxílio de estudo, não descartando o presencial. Vamos trabalhar com essa alternância, principalmente se tivermos que diminuir o número de alunos nas salas de aula”.

Nesta realidade, de necessidade de acesso e evasão digital, é que o Enem 2020 vem chegando, dividindo expectativa e insegurança para os estudantes brasileiros.

A EXAUSTÃO DOS ESTUDANTES E A ROMANTIZAÇÃO DO TRABALHO EM SITUAÇÃO PRECÁRIA DOS PROFESSORES

Das mães aos alunos e professores, a pandemia mudou os cotidia-

nos de famílias e a forma de trabalhar dos educadores. É muito comum nas redes sociais achar depoimentos de professoras(es) que estão se desdobrando nessa quarentena para que estudantes, principalmente das regiões mais afastadas dos centros urbanos, tenham como acompanhar as aulas.

As desigualdades se manifestam em diversos contextos. Dentre eles, na falta de acesso a internet. Em alguns estados e cidades brasileiras, os órgãos responsáveis pela educação, afirmaram que será distribuído chips com internet para estudantes que não tenham acesso. O que é o caso do Maranhão, onde 90 mil chips de internet, começaram a ser distribuídos para os alunos do 3º ano do ensino médio da rede pública estadual que estão se preparando para realizar as provas do Enem.

Segundo dados do IBGE, na zona rural brasileira apenas 53% dos lares têm acesso à rede. Janeide Bispo, professora da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), chama atenção para o fato de que



Janeide Bispo – Imagem: Arquivo pessoal

muitas vezes o município não tem estruturas físicas para fornecer a conexão. “Também tenho estudantes que moram da zona rural, mas as empresas não investem no lugar onde não vão ter muito lucro. Todas as redes públicas que fizeram a opção de continuar o ano letivo, estão legitimando as desigualdades”, afirma.

A falta da rotina escolar também atinge a vidas das mães. Para algumas a possibilidade de passar mais tempo com seus filhos, para outras, a pandemia chegou juntamente com as incertezas e dificuldades. O que é o caso de Aricélia dos Santos, mãe de um casal de gêmeos de 3 anos, que frequentam a Creche Primeiro Passo, no bairro da Canabrava, em Salvador (BA). Ela conta com o auxílio da família para conciliar o trabalho e o cuidado com as crianças. “Assim que as aulas foram suspensas eu cheguei muitos dias atrasada no trabalho, com muito temor de perder o emprego. Tive que ver alguém para ficar com meus filhos, contei com uma tia e com minha irmã. No meu trabalho conversei com minha coordenadora para trabalhar um turno e compensar futuramente.”

Para Janeide, que também é mãe, a realidade da sua filha é um exemplo do que pode estar acontecendo com outros alunos, um cenário de exaustão mental. “O sofrimento dela de expressar angústia diante da tela e da não aprendizagem. Isso transborda para mim em formas de fortes emoções”, desabafa.

O processo de adoecimento acontece de vários lados. Seja dos estudantes, enfrentando dificuldades no aprendizado, ou dos professores, que não conseguem fazer com que as aulas cheguem até eles. A população negra carece de políticas públicas voltadas para todas a

áreas, principalmente no campo de saúde mental. O presidente da República vetou no ano passado vetou o PL 3.688/2000 que previa atendimento psicológico e de assistentes sociais nas escolas públicas. Às professoras(es) vem cada dia mais sendo desmotivadas(os) a atuarem na educação. A falta de um piso salarial condizente com o trabalho oferecido, a falta de estrutura para ensinar e os altos índices de evasão de estudantes são desafios acentuados pela crise pandêmica.

SEM FERRAMENTAS, SEM PREVISÃO PARA VOLTAR (AO “FUTURO”)

No dia 1º de Julho de 2020 o Ministério da Educação (MEC) anunciou diretrizes com medidas protetivas, de biossegurança para a volta às aulas presenciais e estratégias para o retorno às atividades escolares. No entanto, um relatório produzido por deputados da Comissão Externa da Câmara dos Deputados que acompanha os trabalhos do MEC, indica que o Governo Federal não adotou medidas para promoção de uma educação básica, no campo, dos povos indígenas e quilombolas durante a pandemia no Brasil.

Enquanto medidas de atuação na educação remota não são tomadas, também não há uma data prevista para a volta às aulas presenciais em todo o país. “Primeiro não têm condições do retorno das atividades presenciais sem uma vacina, isso é um ato desrespeitoso é um ato pensado a partir de uma única lógica, a do mercado. A escola é uma das maiores aglomerações que temos diariamente e com crianças que não tem certas compreensões para manter o distanciamento social”, enfatiza a professora Janeide Bispo.

#MIDIANEGRA

JORNALISMO DE ESCREVIVÊNCIAS



Luiza Nascimento
22 anos\ Estudante
de Publicidade
e Propaganda

Participar do Lab Afirmativa de Jornalismo me possibilitou o contato com pessoas talentosíssimas e temas que acrescentaram em minha vida muito além do âmbito profissional. Como jornalista recém formada foi gratificante demais participar do processo junto à Revista Afirmativa, que tanto me inspirou ao longo da minha formação.

A TRAJETÓRIA DE MULHERES NEGRAS NA POLÍTICA: ENTRE AS DISPUTAS NOS PARTIDOS E O CAMINHO PARA ELEIÇÃO

Por Luiza Nascimento e Francileide Araujo



No dia 25 de agosto o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aprovou a imposição aos partidos de que o dinheiro do Fundo Partidário e do Fundo Eleitoral seja destinado de forma proporcional às campanhas de candidatas e candidatos negros. A obrigação passará a valer já a partir destas eleições. A reivindicação é histórica e tem

sido pautada com intuito de diminuir as desigualdades raciais nos espaços de poder.

De acordo com reportagem publicada pela Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), após as eleições de 2018 a sub-representação dos negros é detectada na grande maioria dos 35 partidos existentes no país, mas é mais intensa em seis legendas, que têm mais de 60% dos seus candidatos brancos: Novo, PCO, PSDB, PSD, PP e MDB. As siglas que apresentam maior percentual de concorrentes negros (54% ou mais) são PCdoB, PTC, Rede, PSC, PMB e PSOL, porcentagem que ainda não é suficiente para ampliar a presença negra legislativo e no executivo.

Quando se trata das mulheres negras este cenário pode ser ainda mais agravado. A luta das mulheres negras para mudar este quadro é histórico.

HISTÓRIA INTERSECCIONAL DE LUTA



Antonieta de Barros, primeira mulher negra a exercer mandato político no Brasil – Foto: Reprodução Portal Paulinas

As denúncias dos impactos da poderosa articulação entre o racismo e o patriarcado têm sido reveladas pelas mulheres negras de maneira mais sistematizada nos últimos trinta anos. Atualmente as mulheres negras têm os piores indicadores com relação ao acesso à saúde, à educação, ao trabalho, a participação política, a violência doméstica e ao feminicídio.

A luta pela ampliação da represen-

tação das mulheres negras não é algo recente. A primeira deputada estadual negra do Brasil foi Antonieta de Barros, em 1934, em Santa Catarina. Antonieta, era filha de ex escrava, foi educadora, jornalista e escritora. Sua principal pauta era a democratização da educação e a batalha pelos direitos das mulheres catarinenses. Abriu o caminho para que mulheres negras entrassem e mudassem a política. Antonieta anunciou caminhos para outras mulheres negras.

Em 1970, dois anos após o Ato Institucional Nº 5 (AI-5), momento de maior censura da ditadura militar brasileira, Theodosina Rosário Ribeiro (MDB/SP), filósofa e advogada assumiu, em São Paulo, o mandato de vereadora, sendo a primeira vereadora negra do estado, e quatro anos depois se elegeu como deputada federal. Já na década de 80, a atual deputada federal Benedita da Silva (PT\RJ) e atual pré-candidata a prefeita da cidade do Rio de Janeiro, foi eleita vereadora com o apoio dos movimentos sociais de favelas, em 1984.

Bené, como ficou conhecida, participou ativamente do processo de redemocratização do Brasil, atuando na Assembleia Nacional Constituinte como titular da Subcomissão dos Negros, das Populações Indígenas e Minorias. Ela também foi a primeira mulher negra a assumir uma cadeira no Senado Federal, no ano de 1994. Quatro anos depois foi eleita vice-governadora e em 2001 na chapa com o então governador Anthony Garotinho (PRP/RJ). Assumiu o cargo de governadora após a renúncia de Garotinho para concorrer às eleições presidenciais em abril de 2002. Benedita é a única governadora do estado desde 1998 a não responder nenhum processo de corrupção depois do mandato.

Outra lideranças políticas importantes na história das mulheres negras são Jurema Batista, que em 2002 se elegeu deputada esta-

dual no Rio de Janeiro; a ex-senadora Marina Silva (REDE\AC); a deputada federal Janete Rocha Pietá (PT\SP); a deputada estadual Leci Brandão (PCdoB\SP); a deputada estadual Olívia Santana (PCdoB\BA); a vereadora Claudete Alves, que foi autora da Lei 13.707/03, que instituiu o 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra.

Em 2016, Marielle Franco, mulher negra, cria da maré, como se intitulava, e lésbica foi eleita vereadora. Marielle foi executada em março de 2018, se tornando um dos mais importantes símbolos do combate a violência política no Brasil e inspiração para outras tantas candidatas negras.



Marielle Franco em debate partidário - Imagem: Reprodução

Carol Lourenço, da plataforma Mulheres Negras Decidem, enfatiza que as candidaturas de mulheres negras representam número menor do que o tamanho da população. Com projeção de mais de 28% da população brasileira as porcentagens de candidaturas de

mulheres negras nos últimos pleitos, tiveram em torno de 15% ou 16% em alguns casos.

“A quantidade de candidaturas e a quantidade de mulheres negras eleitas, mostram uma assimetria monstruosa. A quantidade de mulheres negras nas listas é pela lei de cotas, existe obrigatoriedade de 30% candidaturas nas listas dos partidos. Porém, o que explica a baixa competitividade dessa candidaturas é estruturação da sociedade brasileira, o baixo nível de autonomia política e material das mulheres negras”, afirma Lourenço.

Carol se refere a Lei 9.504 aprovada pelo Congresso Nacional em 1997, que prevê cotas nos partidos de 30% para candidaturas de mulheres. Isso foi um grande avanço para a participação das mulheres na políticas, mas também abriu caminho para as chamadas candidaturas laranjas, onde partidos usam a candidaturas de mulheres para investir o dinheiro do fundo eleitoral em candidaturas de homens. Somente nas eleições de 2018 foi alcançando o percentual de 15% de mulheres na Câmara dos Deputados, um número baixo tendo em vista que representam 52% da população. Em 2020 na Câmara são 513 deputados. Desses, 77 são mulheres e apenas 13 delas são mulheres negras.

Carmela Zigoni, assessora política do Instituto de Estudo Socioeconômicos (INESC) e da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político, explica a ineficácia da lei de cotas. “Não tem uma cota para candidatas negras. Para você eleger um deputado federal você precisa de milhões. Quais candidaturas de mulheres periféricas vai ter um recurso como esse? Depois que acabou o financiamento privado de campanha, que também foi uma luta

dos movimentos de mulheres, melhorou um pouco, mas a gente sabe que tem muita corrupção no processo eleitoral”. reforça.

A complexidade em torno da ampliação das mulheres negras nas instituições partidárias exige a construção de estratégias eficazes para enfrentar esta problemática. “O partido vai sempre estar estimulando as mulheres negras a se candidatarem para serem empregadinhas desses brancos, porque no final das contas os votos delas vão para os candidatos mais votados, que na verdade é aquele que acessou o fundo partidário”, diz Maísa Vale, pesquisadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM\UFBA) e do Odara – Instituto da Mulher Negra. Desde que o TSE passou a solicitar a declaração raça/cor dos candidatos e candidatas foi possível perceber um aumento no número dessas candidaturas que não conseguem se eleger.

ENTRE ESQUERDA E DIREITA EU CONTINUO NEGRA

Esta famosa frase de Sueli Carneiro foi uma crítica direta a um partido comunista brasileiro que esvaziava as pautas das mulheres negras. Quem traz essa contextualização é Carol Lourenço, que reflete a aliança dos projetos de esquerda no processo de exclusão das mulheres negras.

“As tentativas das mulheres negras de construir com a esquerda revela a origem do antirracismo no Brasil. Nessas tentativas ocorrem muitas violências por parte dos donos do poder, das alianças da esquerda contra essas mulheres negras. Quando você avalia a atuação das mulheres negras na Constituinte, pelo sufrágio no Brasil, na ditadura militar, na construção dos partidos comunistas, na redemocratização da nação, na fundação de partidos importantes como o PT e o PSOL, percebemos que elas sempre estiveram ali.

Lélia Gonzalez foi umas das construtoras do PT junto com Benedita da Silva. Lélia Gonzalez sai do PT por falta de apoio, falta de centralidade dos debates raciais na agenda do PT. Isso nos anos 80”, lembrou Carol Lourenço.

Durante as eleições municipais na capital baiana em 2012 a chapa majoritária do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partidos Democratas (DEM) é um exemplo destes métodos de exclusão. Ambas traziam duas mulheres negras como vice, Célia Sacramento no DEM e Olívia Santana no PT.

“Eles sabem como desrespeitar uma mulher preta, viu? ACM Neto e Célia ganharam a eleição, mas ela não assumiu a cadeira de prefeita um dia sequer. Nem para a história registrar que uma mulher negra foi temporariamente prefeita de Salvador”, enfatizou Maisa Vale.

A pesquisadora também criticou o PT, nesse mesmo período. “Depois que ACM Neto coloca Célia Sacramento para ser a vice, o PT sai correndo nas últimas horas e lança Olívia Santana como vice de Pelegrino. A gente foi atingida pelos dois lados, pela esquerda e pela direita”.

A pergunta esse ano mais uma vez está em: como os partidos vão democratizar os recursos do fundo partidário para garantir uma participação mais diversa?



Maisa Vale, pesquisadora do Neim (Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher) – Imagem: Reprodução

“Pra entrar mulher negra, o homem branco tem que sair, a mulher branca tem que sair. Não tem como, senão a conta não fecha”, diz Carmela Zigoni.

Em Manaus, a situação não é diferente. Marklize Siqueira, pré-candidata da Bancada Coletiva de Manaus, pelo PSOL, relata que uma colega ouviu em um outro partido, ao tentar participar de uma reunião de campanha: “Você não precisa entrar não, só é para quem vai concorrer de verdade”.

COMO SE ORGANIZAR PERANTE TUDO ISSO?

Nos becos e vielas das favelas, periferias e quilombos as mulheres negras têm buscado alternativas para mudar a estética da política brasileira. Pensando nisso foi criado o projeto *Mulheres negras e democracia*, que em fevereiro articulou o *Fórum Nordeste Mulheres Negras e Poder*, em Recife. O fórum reuniu aproximadamente 100 mulheres do Nordeste inteiro, e debateu os desafios da construção

do projeto político das mulheres negras.



Integrante da Rede de Mulheres Negras de Pernambuco. Foto:Reprodução

Piedade Marques, integrante da Rede de Mulheres Negras de Pernambuco, uma das organizadoras do encontro, relata que de lá pra cá muitas mulheres desistiram das candidaturas e outras não tiveram seus nomes aceitos pelos partidos, como foi o caso da pré-candidata a prefeitura de Salvador pelo PT, Vilma Reis. “A

candidatura de Vilma quebrava os padrões, porque era o movimento de mulheres negras bancando a discussão política de candidatura contra os homens brancos do partido”, declarou Marques.

Os mandatos coletivos também têm sido uma alternativa para a mudança do cenário das eleições. O ambiente racista e machista da política tem enfraquecido cada vez os mandatos negros e femininos individuais. A perspectiva das mandatas coletivas inaugurado pelas mulheres negras têm deixado essas sujeitas políticas mais fortalecidas nas disputas.

**“A COLETIVA DE MULHERES
NEGRAS ME FAZ TER CORAGEM E
OUSADIA PARA ENFRENTAR ESSE
SISTEMA. A GENTE UNIDA, FOCADA
CONSEGUE DAR CONTA DE NÃO
FRITAR MUITO A CABEÇA, DE NÃO
SE CONSUMIR PSICOLÓGICAMENTE,
EMOCIONALMENTE COM TUDO ISSO”.**

NICOLE FERNANDES

A Mandata Coletiva de Manaus, da qual Nicole faz parte, é composta por cinco mulheres integrantes de projetos sociais com atuações diversas. O grupo deseja incorporar e ampliar o diálogo, a coletividade, transformando a política da vida real.

ELEIÇÕES 2020 E A COVID-19

A pandemia do novo coronavírus tem imposto mudanças para as eleições de 2020, as pré-campanhas precisaram ser reformuladas. Porém, existe uma questão em jogo muito maior que a eleitoral: as



Pré-candidatas da Bancada Coletiva pelo PSOL, da esquerda para a direita: Alessandrine Silva, Michelle Andrews, Sílvia Moraes, Marklize Siqueira e Nicole Fernandes. Foto: Alonso Junio

vidas humanas, sobretudo as de periferia, que são as mais atingidas pela falta de política de saneamento básico, de acesso à saúde e pelo agravamento da violência doméstica e policial.

“Nós, mulheres negras, sempre fomos afastadas da política diretamente. Participamos fazendo campanha pra homens brancos. E chega um momento em que percebemos que precisamos realmente de políticas públicas eficazes nas periferias”, destaca Márcia Nascimento, pré-candidata a vereadora em Salvador pelo Psol.

Para Alessandra Silva, também pré-candidata pela Bancada Coletiva de Manaus, o impacto da pandemia exige ações emergenciais em todos municípios. “Não dá para ficar de braços cruzados numa situação como essa. Estamos fazendo campanhas e trabalhando com ajuda humanitária, entrega de cestas e material de higiene. Transformar a política na política do cuidado nesse momento”, reafirmou.



No Brasil as mulheres negras estão na linha de frente do combate a Covid-19, seja como enfermeiras e técnicas ou nas ruas liderando campanhas de doação e ajudas humanitárias. “As mulheres estão confinadas em casa, tendo que cuidar dos velhos, das crianças, de todo trabalho doméstico. Muitas têm que trabalhar fora ainda, mesmo com a pandemia. Como é que você cria condições para essa mulher se candidatar nas eleições deste ano, sendo que tem uma carga social da nossa cultura que diz que ela precisa cuidar?”, questiona Carmela.

EFEITO MARIELLE FRANCO

Uma vez que as mulheres negras conseguem se candidatar e se elegerem, começam os desafios no exercício da função, quando ocorre a violência política. Carmela cita a experiência de Áurea Carolina e Talíria Petrone na Câmara dos Deputados. “Diversas vezes elas foram orientadas a ir para a entrada de pessoas que não eram parlamentares. Os próprios candidatos da Câmara dos Deputados não enxergavam nelas deputadas”.

A violência e a carga emocional é tanta, que muitas candidatas não tentam a reeleição, dado o cotidiano que vivenciam nesses espaços. A prática da violência verbal e psicológica nos espaços políticos é a tentativa de calar a voz dessas mulheres que estão lutando por mudanças.

Quando a tentativa não funciona, a violência pode ganhar uma outra cara: feminicídio político, que foi o que aconteceu com Marielle Franco em março de 2018. “É o reflexo de uma política em que os homens brancos têm esse controle. Mariele poderia ir além e eles sabiam disso”, diz Márcia.

Quando uma mulher negra é assassinada, um recado claro é dado para a sociedade. A representação feminina negra da política é mais do que ocupação, é justiça para que isso jamais volte a acontecer, é a certeza de que o legado de mulheres como Marielle e Antonieta continue vivo.

O cenário não é nunca foi favorável, mas é importante que as mulheres negras continuem nesse espaço, disputando o partido. Como disse Lélia González, em 1986, “agora o lixo vai falar e numa boa”, essa é a mensagem que as candidaturas de mulheres negras deixam com luta pela ocupação dos espaços de decisão e poder.



AFIRMATIVA

**Somos nós, falando de nós,
para todo mundo**



@RAfirmativa



@revistaafirmativa



@revistaafirmativa



www.revistaafirmativa.com.br